

2022

RELATÓRIO
DE SUSTENTABILIDADE

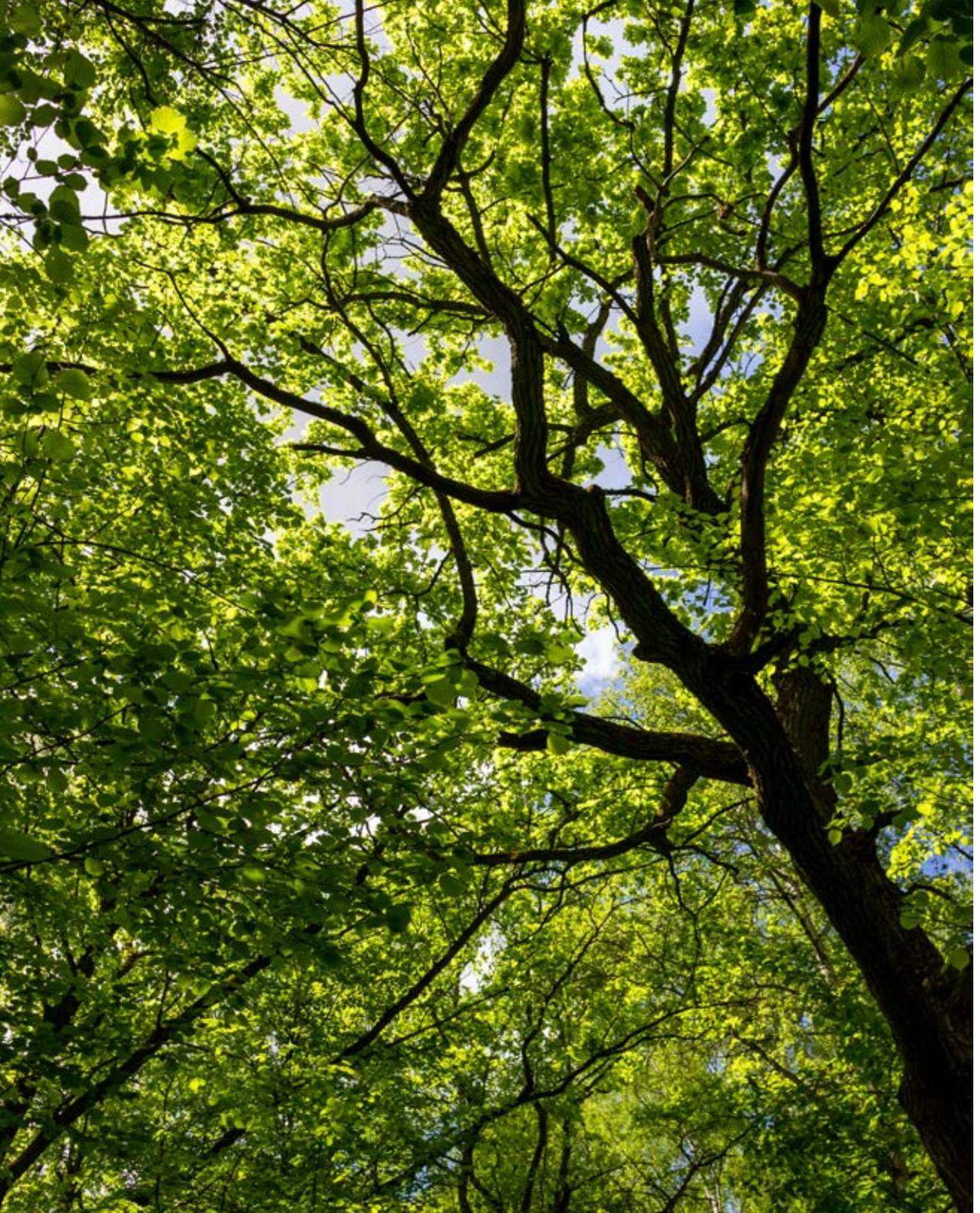
MISERICÓRDIA DO PORTO



Colocamos o coração em tudo o que fazemos.



ÍNDICE



INTRODUÇÃO	6	GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA	54
LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	7	GRI 411: DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS	54
GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS	8	GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS	54
1. A ORGANIZAÇÃO E AS SUAS PRÁTICAS DE REPORTE	8	GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES	59
2. ATIVIDADES E COLABORADORES	9	GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS	59
3. GOVERNANÇA	11	GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR	59
GRI 3: TEMAS MATERIAIS	32	GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM	59
GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO	33	GRI 418: PRIVACIDADE DO CLIENTE	59
GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO	36	CONCLUSÃO	60
GRI 203: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS	36		
GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRA	36		
GRI 205: ANTI-CORRUPÇÃO	37		
GRI 207: TRIBUTOS	38		
GRI 301: MATERIAIS	38		
GRI 302: ENERGIA	39		
GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES	40		
GRI 305: EMISSÕES	41		
GRI 306: RESÍDUOS	42		
GRI 401: EMPREGO	44		
GRI 402: RELAÇÕES DE TRABALHO	46		
GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	46		
GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO	50		
GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	52		
GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO	53		
GRI 407: LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA	53		
GRI 408: TRABALHO INFANTIL	54		
GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO	54		

INTRODUÇÃO

Em 2022 foram muitos os acontecimentos que marcaram o decorrer do ano, condicionando a ação dos Estados e Governos, penalizando as empresas e famílias e sobrecarregando as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). No entanto, não foi por isso que a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP) desistiu de traçar um caminho contínuo de sustentabilidade e compromisso, apostando num futuro em que as novas gerações tenham um planeta com recursos naturais do qual possam usufruir e uma economia dignificante e inclusiva, de forma a se criar uma sociedade humanizada da qual todos façam parte.

A sustentabilidade e responsabilidade social são partes integrantes das políticas e ações institucionais da SCMP, bem como da sua missão, pelo que todos os que trabalham nela devem pautar-se por estes valores.

Neste sentido, o presente relatório expõe as medidas, iniciativas, estratégias e resultados obtidos pela SCMP, apresentando-se enquanto instituição e agente de mudança, um caminho de transparência e sustentabilidade de forma a que os colaboradores e parceiros possam ser agentes de transformação, para que juntos seja possível criar um mundo ambiental, económico e socialmente mais sustentável.

Este relatório encontra-se estruturado com base nas normas Global Reporting Initiative (GRI) e respetivos requisitos e orientações. Face à dimensão da SCMP, com diversas áreas de atuação e públicos-alvo, faz com que este reporte vá além destas normas.



LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS:

AG	Assembleia Geral
CAS	Centro de Alojamento Social – D. Manuel Martins
CBNS	Colégio Barão de Nova Sintra
CC	Cartão do Cidadão
CE	Comissão Executiva
CHCF	Centro Hospitalar Conde Ferreira
CNSE	Colégio Nossa Senhora da Esperança
CP	Casa da Prelada
CR	Casa da Rua – D. Lopo de Almeida
CSA	Casa de Santo António
DGOSI	Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação
DGOSI-GRC	Gestão do Risco e Controlo
DIS	Departamento de Intervenção Social
DRHFP	Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional
EPSCB-F	Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GAJC	Gabinete de Assuntos Jurídico e Contencioso
GAP	Gabinete de Apoio à Provedoria
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GMC	Gabinete de Marketing e Comunicação
GRC	Gabinete Religioso e Culto
GRI	Global Reporting Initiative
HP	Hospital da Prelada
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
MA	Mesa Administrativa
MMIPO	Museu e Igreja da Misericórdia do Porto
PAM	Parque Avides Moreira
PAO	Plano de Atividades e Orçamento

PII	Plano Individual de Intervenção
QA	Quinta D'Alva
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
SCMP	Santa Casa da Misericórdia do Porto
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SST	Saúde e Segurança no Trabalho
SPeC	Serviços Partilhados e Corporativos
TGP	Técnicos Gestores do Processo
UO	Unidades Operacionais
OIDH	Observatório Internacional de Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Parque Avides Moreira
PGR	Programa de Gestão de Resíduos
PNGR	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PP	Parque da Prelada
RCD	Resíduos de Construção e Demolição
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REN	Redes Energéticas Nacionais
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAC	Serviço de Apoio ao Cliente
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SCMP	Santa Casa da Misericórdia do Porto
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPeC	Serviços Partilhados e Corporativos
SRC	Segurança, Risco e Compliance
TGP	Técnico Gestor do Processo
UO	Unidades Operacionais

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS

1. A ORGANIZAÇÃO E AS SUAS PRÁTICAS DE REPORTE

DETALHES DA ORGANIZAÇÃO

(2-1)

A Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, também denominada SCMP ou Misericórdia do Porto, instituiu-se a 14 de março de 1499 segundo o direito canónico, conforme o disposto no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto (2021).

Está registada segundo a lei civil, tendo o estatuto de IPSS, o que lhe confere o reconhecimento de uma entidade da economia social.

A sua sede situa-se no Centro Corporativo, definido como Serviços Partilhados e Corporativos (SPeC), localizado na rua Joaquim de Vasconcelos, 79, no Porto.

A atividade desenvolvida ocorre em Portugal, no qual a maior parte da operação é efetuada na cidade do Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos. Localizada no concelho de Freixo de Espada à Cinta, no distrito de Bragança, é praticada agricultura biológica e turismo sustentável, na Quinta D'Alva (QA).

ENTIDADES INCLUÍDAS NO REPORTE DE SUSTENTABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO

(2-2)

Para a elaboração deste relatório foram consideradas todas as Unidades Operacionais (UO), bem como os departamentos/gabinetes, que compõem a SCMP.

Para o reporte de algumas normas GRI, foram fornecidos conteúdos das seguintes UO e departamentos/gabinetes:

- Casa da Prelada (CP)
- Colégio Barão de Nova Sintra (CBNS)

- Colégio Nossa Senhora da Esperança (CNSE)
- Departamento de Contabilidade e Finanças
- Departamento de Gestão Administrativa e do Património
- Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas da Informação (DGOSI)
- Departamento de Intervenção Social (DIS)
- Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional (DRHFP)
- Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo – Feminino (EPSCB-F)
- Gabinete de Assuntos Europeus
- Gabinete de Auditoria Interna (GAI)
- Gabinete de Marketing e Comunicação (GMC)
- Gabinete Religioso e Culto (GRC)
- Hospital da Prelada (HP)
- Museu e Igreja da Misericórdia do Porto (MMIPO)
- Parque Avides Moreira (PAM)
- QA

PERÍODO DE REPORTE, FREQUÊNCIA E PONTO DE CONTACTO

(2-3)

O presente relatório, cuja elaboração apresenta uma frequência anual, contém o reporte de sustentabilidade respeitante ao período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, estando alinhado com o período do reporte financeiro, que pode ser consultado no Relatório de Gestão e Contas de 2022.

As informações relatadas e constantes nas várias secções para o efeito foram obtidas até ao mês de fevereiro de 2023.

Na eventualidade de qualquer dúvida sobre as informações contantes neste relatório, dever-se-á contactar os responsáveis pelo mesmo através do endereço de correio eletrónico sustentabilidade@scmp.pt ou contacto telefónico da Instituição: +351 220 924 422.

REFORMULAÇÕES DE INFORMAÇÕES

(2-4)

Em relatórios anteriores, a QA tem sido descrita como estando localizada no distrito da Guarda, contudo, esta informação não está correta, uma vez que pertence ao distrito de Bragança, no concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Foram revistas três candidaturas a projetos financiados de anos anteriores, com necessidade de informação adicional pela entidade financiadora.

Não foi feita mais nenhuma reformulação no período de reporte, comparativamente a períodos anteriores.

VERIFICAÇÃO EXTERNA

(2-5)

Não está definida uma política, nem é prática da SCMP, recorrer a verificações externas para o reporte de sustentabilidade.



2. ATIVIDADES E COLABORADORES

ATIVIDADES, CADEIA DE VALOR E OUTRAS RELAÇÕES DE NEGÓCIOS

(2-6)

De acordo com o sistema de classificação Internacional Standard Industrial Classification of All Economic Activities, as atividades da SCMP enquadram-se nos setores apresentados na figura infra.



Figura 1: Setores de atuação

Sendo uma organização secular, com 523 anos de história, a SCMP tem vindo a adaptar-se às diversas conjunturas vivenciadas, tendo construído novas respostas e valências para responder às necessidades que a sociedade manifesta. Desta forma, manteve-se sempre ligada às áreas Social e Saúde, desde a sua génese, tendo ao longo dos tempos voltado a sua atenção também para as áreas da Educação, Cultura, Justiça, Ambiente e Agricultura.

Para informações adicionais, sugere-se a consulta do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2023, disponível no site institucional.

COLABORADORES

(2-7)

Tabela 1: Caracterização dos colaboradores, por sexo e região

Indicadores	Sexo		Região	
	Masculino	Feminino	Distrito do Porto	Outros distritos
N.º total de colaboradores	329	958	1204	83
Contrato – Sem termo	280	776	999	57
Contrato – Incerto	40	48	51	6
Contrato – A termo	9	134	154	20
Contrato – Prestadores de serviço	--	--	75	6
Tempo Integral	318	955	1190	83
Tempo parcial	11	3	14	0

COLABORADORES QUE NÃO SÃO EMPREGADOS

(2-8)

Informação indisponível.



3. GOVERNANÇA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E SUA COMPOSIÇÃO

(2-9)

Conforme o disposto no Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, são Governo da SCMP, e seus Corpos Gerentes, a Assembleia Geral (AG), a Mesa Administrativa (MA) e o Definitório.

Assembleia Geral

Para pertencer à AG, conforme o disposto no artigo 40º do Compromisso referido anteriormente, é necessário ser Irmão e estar em pleno gozo de todos os respectivos direitos, sendo que esta Assembleia só pode ocorrer em primeira convocação, com a maioria dos Irmãos inscritos presentes.

Compete à AG definir as linhas orientadoras de atuação da Misericórdia do Porto, eleger os Corpos Gerentes, apreciar e votar as alterações ao referido Compromisso, apreciar os processos de recurso de rejeição da admissão ou exclusão de Irmãos, autorizar a realização de empréstimos, destituir os Corpos Gerentes, apreciar o PAO e o Relatório de Gestão e Contas, decidir sobre a aquisição onerosa ou alienação de imóveis ou bens de elevado valor, e aprovar o Regulamento Eleitoral.

Mesa Administrativa

Em conformidade com o disposto no artigo 50.º do Compromisso, compete à MA promover atos que levem à concretização dos fins da Irmandade, velar pelos direitos, privilégios e regalias da Irmandade, assegurando a continuidade da sua autonomia, dar cumprimento a todos os legados e obrigações a que a Irmandade esteja sujeita, regular a arrecadação de todos os bens e fundos da Irmandade e dar-lhe a devida aplicação, contribuir para o engrandecimento da Irmandade e da sua obra de solidariedade social, executar e fazer executar as deliberações da AG e do Definitório e admitir, rejeitar ou excluir Irmãos.



Para além disso, compete-lhe, ainda, manter atualizado o tomo dos irmãos, administrar os bens, obras e serviços da Irmandade, apreciar, discutir, alterar e aprovar os Orçamentos de Exploração e Investimento, Contas de Gerência, Relatórios de Gestão e Contas e PAO, acompanhar a gestão e Execução do Orçamento, promover a arrecadação de receitas e a liquidação de despesas previstas no Orçamento, deliberar sobre a aceitação das heranças, legados e donativos à Irmandade, e deliberar sobre o quadro de pessoal e respetivas remunerações.

Definitório

Compete ao Presidente do Definitório a eleição do Vice-Presidente e do Secretário, que ocorre na primeira reunião, segundo o n.º 3 do artigo 54 do Compromisso.

O Definitório é o órgão de fiscalização da SCMP, cujas competências estão definidas no artigo 57.º do Compromisso. Destacam-se as principais, designadamente: fiscalizar o cumprimento da Lei, do Compromisso e das deliberações da AG, examinar as contas e documentos contabilísticos, apreciar e emitir parecer sobre o Orçamento, Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Contas, requerer a convocação da AG, designar Irmãos para integrarem a MA e autorizar a realização de despesas imprevistas.

Na seguinte tabela lista-se os órgãos e comissões do mais alto órgão de governança que são responsáveis pela tomada de decisão e pela supervisão da gestão dos impactos da SCMP na economia, no meio ambiente e nas pessoas.

Tabela 2: Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comités

Órgão	Função	Membros
Mesa da AG	Presidente	Jorge Rui Moia Pereira Cernadas
	Vice-Presidente	José Manuel Lemos Pavão
	Secretário	António José Barbosa Samagaio
	Secretário	Victor Guilherme Barrosa Pereira Dias
MA	Provedor	António Tavares
	Vice-Provedor	Francisco Castelo Branco
	Tesoureiro-Geral	Joaquim da Silva Vianez
	Mesário	Francisco Ribeiro da Silva
	Mesário	Manuel Pinto Teixeira
	Mesário	Maria Albertina Amorim Coelho
	Mesário	Nuno Paulo Fernandes Oliveira
Definitório	Presidente	António José Ramalho Monteiro
	Membro	Justino Cruz dos Santos
	Membro	José Carlos Pires Póvoas
	Membro	Alexandra Josefa Rodrigues Afonso
	Membro	Nuno Camilo Mota Oliveira
Comissão Executiva (CE)	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Castelo Branco
	Vogal	Jorge Lima
Conselho Executivo do Centro Hospitalar Conde Ferreira (CHCF)	Presidente	Francisco Castelo Branco
	Vice-Presidente	Maria Albertina Amorim Coelho
	Vogal	Ângelo Duarte
	Vogal	Nuno Trovão
	Vogal	Ana Guimarães
Conselho Executivo do HP	Presidente	António Tavares
	Vogal	Varejão Pinto
	Vogal	Luís Matos
	Vogal	Filomena Maia
	Vogal	Jorge Lima
Conselho Executivo do EPSCB-F	Presidente	António Tavares
	Vogal	Manuel Belchior
	Vogal	Jorge Lima
Conselho Executivo Social	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Castelo Branco
	Vogal	Albertina Amorim
	Vogal	João Belchior
	Vogal	Jorge Lima

Conselho Executivo das Artes e Cultura	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Ribeiro da Silva
	Vogal	Pedro Nunes
	Vogal	Paula Aleixo
	Vogal	Jorge Lima
Conselho Executivo da Educação	Presidente	António Tavares
	Vogal	Nuno Oliveira
	Vogal	Sónia Rocha
	Vogal	Direção Pedagógica
Comissão de Ética para a Saúde	Presidente	José Almeida Lopes
	Vogal	Amélia Ferreira
	Vogal	Cláudia Nascimento
	Vogal	Ana Isabel Campos
	Vogal	Jorge Cunha
	Vogal	Anabela Monteiro
	Vogal	António Rosmaninho Seabra
Comissão de Auditoria	Presidente	Joaquim Vianez
	Vogal	António Monteiro
	Vogal	Jorge Lima
Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados	Presidente	Nuno Oliveira
	Vogal	Isabel Mendes
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Joaquim Sala
	Vogal	Rita Proença
Comissão de Programas e Projetos	Presidente	António Tavares
	Vogal	Jorge Lima
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Joana Silva
	Vogal	Ana Bastos
Comissão de Transição Digital e Modernização Administrativa	Presidente	António Tavares
	Vogal	Francisco Castelo Branco
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	André Sousa
	Vogal	Jorge Lima
Comissão de Avaliação Preliminar de Decisões de Investimento e Financiamento	Presidente	Joaquim Vianez
	Vogal	Manuel Figueiredo
	Vogal	Pedro Sousa
	Vogal	Cláudia Soares
	Vogal	André Sousa

NOMEAÇÃO E SELEÇÃO PARA O MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA

(2-10)

Conforme o disposto no Compromisso da Irmandade, que é de acesso público, os candidatos aos mais altos órgãos de governança devem apresentar os seus nomes em listas eleitorais que deverão ser expostas ao Presidente da Mesa da AG com pelo menos quinze dias de antecedência face à data das eleições.

O Presidente da Mesa da AG, o Presidente da MA, o Presidente do Definitório e o Provedor são eleitos de quatro em quatro anos por voto secreto dos Irmãos.

A Assembleia Eleitoral deve ser convocada pelo menos trinta dias antes do ato eleitoral.

A MA pode criar uma CE, a quem cabe a gestão corrente da Irmandade, executando e fazendo executar as suas deliberações, de acordo com os poderes que lhe forem delegados, e será composta pelo número de membros definidos e previstos, nos termos do n.º 3 do artigo 51.º do Compromisso.

É da competência da MA, sob proposta do Provedor, nomear os Órgãos de Gestão Estratégica (Conselhos Executivos e CE).

O Presidente de cada um dos Órgãos de Gestão Estratégica deverá nomear como secretário um dos elementos do Órgão, que será responsável pela elaboração das atas de reunião, segundo o n.º 4 do artigo 5.º do Estatuto Orgânico.

PRESIDENTE DO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA

(2-11)

Conforme ilustrado na Tabela 2 (GRI 2-9), o Provedor, que dirige os trabalhos da MA, em conformidade com o disposto no Regimento da Mesa Administrativa, é também membro de outros cargos executivos da SCMP, no que respeita aos Órgãos de Gestão Estratégica, cujas funções encontram-se descritas no Estatuto Orgânico.

PAPEL DESEMPENHADO PELO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA NA SUPERVISÃO DA GESTÃO DOS IMPACTOS

(2-12)

Compete aos Corpos Gerentes, em especial à MA, a análise de propostas que foram identificadas num conjunto de documentos apresentados superiormente, com sugestões de medidas para irem de encontro à missão, estratégia e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável. Prova disso são as aprovações de ações e preocupações que a SCMP tem vindo a implementar em matéria de controlo de consumo energético, produção de resíduos, desperdício alimentar, entre outros. Tem-se vindo a aumentar o controlo sobre a produção de resíduos perigosos e não perigosos, com recurso à sensibilização a colaboradores sobre estas matérias.

DELEGAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA GESTÃO DE IMPACTOS

(2-13)

A SCMP, pela sua natureza e devido ao tipo de serviços que disponibiliza aos seus clientes, gera impactos significativos, pelo que procura minimizar os impactos prejudiciais que outros setores da sociedade provocam.

Qualquer colaborador que identifique, dentro da sua área de trabalho e das suas competências, uma consequência da atividade desenvolvida, tem responsabilidade de a reportar, de acordo com a hierarquia definida e os canais para o efeito.

Em situações específicas, por via de normativo interno, podem ser delegadas responsabilidades para o reporte e gestão dos impactos de determinadas matérias.

PAPEL DESEMPENHADO PELO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA NO REPORTE DE SUSTENTABILIDADE

(2-14)

Nos termos das competências definidas no Estatuto Orgânico da SCMP, compete à área de Gestão do Risco e Controlo do DGOSI (DGOSI-GRC) o procedimento de recolha e análise de dados, bem como a elaboração

do presente relatório. Este procedimento pressupõe o envolvimento de cada área de atuação através da nomeação de interlocutores, pelos respetivos superiores hierárquicos, que fornecem as informações relevantes para dar resposta aos requisitos das normas GRI aplicáveis.

O presente relatório é revisto pela Direção do DGOSI e posteriormente é submetido para análise e aprovação pela CE, com vista a garantir a qualidade e credibilidade do mesmo.

CONFLITOS DE INTERESSE

(2-15)

No âmbito da norma 1130 – Prejuízo à Independência ou à Objetividade do Institute of Internal Auditors, no início de cada trabalho de auditoria, por parte do GAI, a equipa selecionada assina um documento em que se compromete a não existir nenhum tipo de prejuízo pessoal em relação àquele trabalho, nomeadamente, o conflito de interesses.

Os colaboradores, com função de auditor interno, estão inscritos no Instituto Português de Auditoria Interna.

COMUNICAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES CRUCIAIS

(2-16)

Em relação à comunicação de preocupações cruciais ao mais alto órgão de governança relativamente a impactos negativos potenciais e reais da Instituição nas partes interessadas, a SCMP dispõe de um canal (telefónico e e-mail) que permite o esclarecimento de dúvidas / questões sobre medidas a adotar na utilização de sistemas informáticos, internet e apoiar no procedimento de ações a tomar perante suspeita de tentativa ou concretização de ataque informático. Por outro lado, no que respeita à comunicação de preocupações sobre a conduta organizacional na operacionalização da atividade e nas relações de negócios, existe um procedimento de comunicação e tratamento para o reporte de denúncias, ao abrigo da legislação em vigor. Este é composto por quatro fases, que se apresentam de seguida:

Classificar

Após receção da denúncia, o Classificador procede à classificação de acordo com as seguintes categorias:

- Contratação pública;
 - Branqueamento de capitais;
 - Segurança e conformidade dos produtos;
 - Segurança dos transportes;
 - Proteção do ambiente;
 - Segurança dos alimentos para consumo humano;
 - Saúde pública;
 - Defesa do consumidor;
 - Proteção da privacidade e dos dados pessoais, segurança da rede e dos sistemas de informação;
 - Proteção contra radiações e segurança nuclear;
 - Assédio moral / sexual;
 - Condutas que não estejam em conformidade com normas, regulamentos e/ou políticas e procedimentos internos da SCMP;
 - Conflito de interesses;
 - Crimes de corrupção e infrações conexas;
 - Outros.
- Uma vez classificada a denúncia, o classificador:
- Remete a denúncia ao responsável pelo tratamento do GAI; ou
 - Remete a denúncia ao Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso (GAJC), caso os factos alegados na denúncia consubstanciem, em abstrato, a prática de um crime público;

- No caso de denúncias reportadas pelos restantes denunciantes (fornecedores/prestadores de serviços/contratantes, ex-colaboradores, pessoas pertencentes a entidades de fiscalização ou de supervisão externas) o classificador realiza uma avaliação prévia da consistência da mesma e envia ao Provedor uma Informação em que conste a respetiva classificação e vínculo do denunciante à SCMP, para decisão sobre o seguimento a dar-lhe.

Tratar denúncia

Após classificação e remissão da denúncia ao responsável pelo tratamento, este envia ao denunciante um aviso de receção, no prazo máximo de 7 dias a contar da receção da mesma.

Segue-se a fase de averiguação interna, no âmbito do qual o responsável pelo tratamento:

- Averigua o grau de credibilidade da denúncia, a natureza irregular do comportamento reportado, a viabilidade do processo de investigação e a identificação das pessoas envolvidas ou com conhecimento dos factos relevantes e que por isso devam ser confrontadas ou inquiridas;
- Realiza uma análise sobre a existência ou inexistência da infração, sendo admissíveis todas as provas que não sejam proibidas por lei;

Neste âmbito o responsável pelo tratamento pode requerer a colaboração dos vários departamentos/gabinetes e unidades operacionais, para o apuramento dos factos contidos na denúncia.

No prazo de 3 meses, a contar da data da receção da denúncia, o responsável pelo tratamento comunica ao denunciante, de forma fundamentada, as medidas previstas ou adotadas para dar seguimento à mesma.

Comunicar as medidas adequadas ao tratamento da infração

No prazo de 10 dias úteis após a conclusão da averiguação interna, o responsável pelo tratamento das denúncias apresenta ao Provedor:

- Nota informativa com a identificação das medidas necessárias e adequadas ao tratamento da infração reportada; ou
- Nota informativa justificativa do arquivamento da denúncia;
- Proposta fundamentada de instauração de processo disciplinar e/ou de participação judicial, em observância dos prazos de caducidade e de prescrição, quando aplicável.

Se o denunciante exercer o direito ao acesso à análise efetuada à denúncia, o responsável pelo tratamento comunica ao denunciante o seu resultado, no prazo de 15 dias após a conclusão do tratamento da denúncia.

Caso se conclua pela prática de crime pelo denunciado, são remetidos ao GAJC os elementos constantes da denúncia e aqueles recolhidos no âmbito da averiguação interna, para que este Gabinete denuncie tal prática junto do Ministério Público, em harmonia com o disposto no artigo 242º do Código de Processo Penal.

Monitorizar

Após homologação pelo Provedor das medidas adequadas ao tratamento da infração reportada, o responsável pelo tratamento faz a monitorização da implementação das mesmas.

Durante o período de reporte, foram comunicadas as seguintes preocupações relativamente a impactos negativos potenciais e reais da SCMP nas partes envolvidas, através dos mecanismos e processos para o efeito:

- Elaborados dois relatórios para a Gestão de Topo, com previsão do impacto do aumento do custo do gás na execução orçamental desta rubrica;

- Registadas três tentativas de ataque informático, tendo sido comunicadas à CE e ao Centro Nacional de Cibersegurança, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 65/2021 de 30 de julho. Como forma de sensibilização nesta temática, a SCMP debateu cibersegurança e controlo de intrusão informática com a presença de um Inspetor Chefe da Polícia Judiciária, da Brigada de Investigação de Cibercriminalidade, em junho de 2022;

Não foram comunicadas preocupações cruciais, em matéria de denúncias, ao mais alto órgão de governança.

CONHECIMENTO COLETIVO DO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA

(2-17)

O Provedor da SCMP reconhece a necessidade de a sustentabilidade e responsabilidade social estarem integrados estrategicamente na atividade, pelo que, sempre que possível, participa em eventos, palestras, conferências e outros atos públicos em que estas temáticas são debatidas, usando, assim, a sua imagem pública para consolidar a sua importância.

Um dos eventos em que participou foi a cerimónia de entrega dos certificados “Coração Verde” à SCMP, levada a cabo pela Lipor, que premiou várias das suas UO pela consciência ambiental e pela implementação de medidas de minimização de impactos ambientais na sua atividade quotidiana.

Para além disso, o nome do Provedor, bem como o de outros membros dos Corpos Gerentes são mencionados em vários documentos estratégicos da SCMP, tais como o Relatório de Gestão e Contas, o Relatório de Sustentabilidade ou o site institucional.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA

(2-18)

Não aplicável.

POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

(2-19)

Ao abrigo do artigo n.º 35 do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, o exercício dos cargos dos Corpos Gerentes é gratuito, mas justifica o pagamento das despesas deles derivadas.

PROCESSO PARA DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO

(2-20)

As políticas de remuneração existentes foram determinadas pelas Portarias aplicáveis, e em vigor, na extensão do contrato coletivo e suas alterações entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais.

PROPORÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL ANUAL

(2-21)

A proporção entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da SCMP e a remuneração total anual média de todos os colaboradores (excluindo-se o mais bem pago) é de 1,32. Relativamente ao ano anterior houve uma variação negativa de 2%.



DECLARAÇÃO SOBRE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(2-22)

Em 2022 o mundo deparou-se com múltiplos desafios, uma guerra injusta e injustificável, uma crise inflacionista sem precedentes, os efeitos nocivos das alterações climáticas visíveis através de fenómenos atmosféricos extremos, e o conseqüente agravamento das condições de vida das populações, em particular das mais desfavorecidas. Portugal não foi exceção, registando uma seca severa, uma subida de preços galopante e o constante aumento da precariedade social, que originou pedidos de ajuda de novas pessoas e famílias.

Sempre ao lado dos portugueses e em particular dos portuenses, a SCMP pretende trilhar um caminho de dignidade, solidariedade, transparência e sustentabilidade, valorizando os contributos de todos e construindo uma sociedade dignificante e humanizada, em que todos têm lugar e podem potenciar o seu valor.

Desenvolveram-se vários projetos, políticas e atividades com vista à construção de um mundo melhor, mais inclusivo e amigo do ambiente. A estratégia para 2022-2025, baseada nos três pilares da sustentabilidade (Ambiente, Economia e Sociedade), é exemplo disso, já que visa melhorar as condições de vida nas comunidades, contribuindo para uma economia que sirva as necessidades de cada um e proteja o ambiente para garantir que as gerações futuras beneficiem de recursos do planeta.

Desde 1499 a SCMP tem vindo a trabalhar neste sentido. Com o alto patrocínio da rainha Dona Leonor e o apoio do rei Dom Manuel I, desafiaram-se os homens bons do burgo portuense a criar uma obra que apoiasse os desvalidos e doentes da cidade, praticando ações de caridade inspiradas na doutrina cristã, orientadas pelas 14 obras de Misericórdia. No passado e ao longo dos tempos esta obra mostrou-se necessária e marcou a diferença para muitos. Contudo, nunca como hoje esta instituição e as suas valências fizeram tanta falta à população da cidade.

Fruto dos desafios contemporâneos, urge a existência de respostas capazes de satisfazer as necessidades

conjunturais e estratégicas do país e dos seus cidadãos, dando condições não apenas de sobrevivência, mas de vida aos que menos capacidades têm para fazer face às suas dificuldades.

Apesar de estarmos no século XXI, a nossa missão mantém-se atual, pelo que continuaremos a caminhar lado a lado com aqueles que carecem do nosso auxílio, garantindo que um dia conseguirão continuar esta caminhada sem dependerem de terceiros.

Trabalharemos para continuar a ser um marco de referência no apoio aos mais frágeis, no preenchimento das lacunas sociais, na construção de uma economia humanizada que sirva o Homem e não o contrário, e na garantia da preservação e melhoria do ambiente.

Assim, lutaremos pela sustentabilidade de todos ao nosso redor, contribuindo para que Portugal, mais do que um país economicamente competitivo, seja acima de tudo um país em que todos tenham o privilégio de viver, com as mesmas oportunidades e dignidade, com os mesmos direitos e deveres, sem desigualdades de género ou outras, para que juntos possamos ser uma verdadeira sociedade desenvolvida.

O Provedor,

António Tavares

COMPROMISSOS DE POLÍTICA

(2-23)

A estratégia de sustentabilidade (GRI 3-1), bem como os objetivos que a compõem, podem ser encontrados no presente relatório, bem como no anterior, definindo, assim, as linhas orientadoras nesta matéria, alinhadas com a missão e valores institucionais e as 14 Obras de Misericórdia, pelo qual a SCMP se rege. Por este motivo, a SCMP considera que esta estratégia é o fortalecimento de uma cultura institucional.

Embora estas Obras não abordem questões ambientais, visto que há 500 anos não eram consideradas uma prioridade, refletem a preocupação com a dignidade e direitos humanos.

INCORPORAÇÃO DE COMPROMISSOS DE POLÍTICA

(2-24)

O compromisso existente na execução da atividade e no relacionamento com as partes interessadas tem por base o trabalho realizado de forma a concretizar o que é proposto, fazendo destes compromissos metas que guiam a nossa ação quotidiana, para uma conduta responsável.

Neste sentido, a MA procede à delegação de competências e respetivos métodos e metodologias para concretização eficiente destes compromissos. Geralmente, traduzem-se em políticas e procedimentos operacionais, como ferramentas de orientação para a seleção e envolvimento de parceiros de negócio. A definição de critérios para concurso e posterior seleção, bem como requisitos previstos nos cadernos de encargos aquando de contratualização, são exemplos desta conduta.

PROCESSOS PARA REPARAR IMPACTOS NEGATIVOS

(2-25)

Em 2022 foram elaborados 8 relatórios com a análise estatística dos incidentes rececionados.

MECANISMOS PARA ACONSELHAMENTO E APRESENTAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES

(2-26)

A SCMP dispõe de um e-mail externo à organização, reclamar.scmp@gmail.com, que é reencaminhado para o GAI, onde os colaboradores e Irmãos podem denunciar situações que consubstanciem infrações, incluindo as que prevejam crimes ou contraordenações, assim como denunciar condutas que não estejam em conformidade com normas, regulamentos e/ou políticas e procedimentos internos da SCMP.

No início de 2023 irá entrar em funcionamento um novo canal de denúncias, ao abrigo do disposto na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que permitirá garantir a proteção do denunciante. Foi elaborado um Regulamento deste canal que descreve os procedimentos a observar neste âmbito (GRI 2-16). Anualmente o GAI irá elaborar um relatório com a descrição das denúncias recebidas e o respetivo processamento, que remeterá à MA.

CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

(2-27)

O GAI desenvolve trabalhos de auditoria que visam avaliar a conformidade de determinada atividade com os regulamentos internos e externos, tendo sido elaborados cinco trabalhos no âmbito da conformidade.

Não foram registados casos de não conformidade com leis e regulamentos durante o período de reporte, ao nível de aplicação de multas e de sanções não monetárias.

PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES

(2-28)

Apresenta-se a listagem da participação em associações através de parcerias e protocolos:

- ACEMBEX
- Administração Regional de Saúde -Norte
- Associação Comercial do Porto

- Associação de Turismo de Portugal
- Associação Portuguesa de Museologia
- Associada dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta
- Blue Clinical
- Boehringer Ingelheim Healthcare Management Portugal
- Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta
- Câmara Municipal de Gondomar
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
- Câmara Municipal do Porto
- CAPTAMAD
- Centro Hospitalar São João
- Coliseu do Porto
- Comboios de Portugal
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Europa Nostra
- Entidade Reguladora da Saúde
- Faculdade de Medicina do Porto
- Federação Académica do Porto
- Fundação La Caixa
- Fundação Manuel António da Mota
- Futebol Clube do Porto
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
- Instituto da Segurança Social, IP
- Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar
- Instituto Politécnico do Porto
- Irmandade dos Clérigos
- Irmandade Nossa Senhora do Terço e Caridade
- Lipor
- Livraria Lello
- Ministério da Saúde
- Operations Abroad Worldwide
- Ordem da Lapa
- Ordem da Trindade
- Palácio da Bolsa
- Porto Card
- Protocolos Multicare
- Polícia de Segurança Pública
- Rede Portuguesa de Museus
- Serralves
- Sport Club do Porto
- Tradição e Qualidade - Associação Inter-profissional para os Produtos Agro-alimentares de Trás-os-Montes
- Três Séculos
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade do Porto

ABORDAGEM PARA ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS

(2-29)

No âmbito da sua missão, a SCMP tem um vasto leque de indivíduos e grupos que são afetados pela sua atividade, que podem ser divididos nas categorias apresentadas na Figura 2.

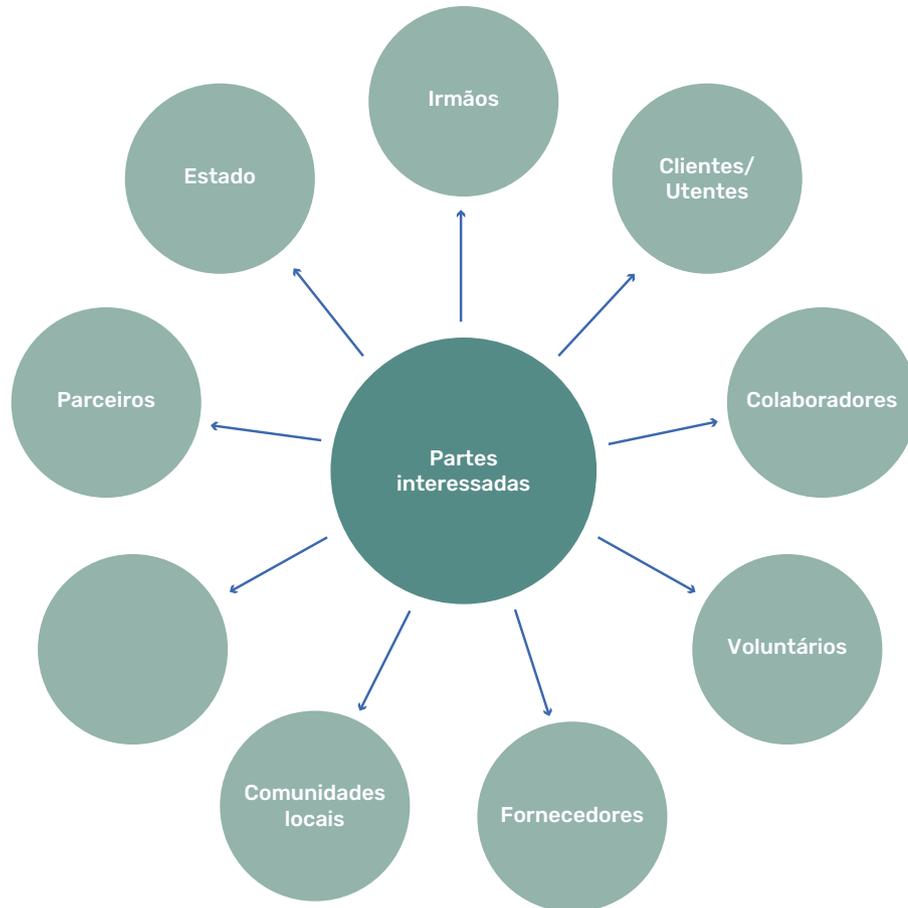


Figura 2: Identificação das partes interessadas

Ao longo destes anos, a SCMP tem tentado aproximar-se da comunidade, melhorando e dignificando a vida na cidade do Porto, em particular dos mais necessitados.

A procura incessante pela melhoria das condições de vida, e pela oferta de mais e melhores serviços diversificados, leva a que procure estar sempre em contacto com as suas partes interessadas, envolvendo-as nas suas ações quotidianas, tentando perceber quais as suas reais necessidades e expectativas.

Neste sentido, está implementada a auscultação de opiniões das partes interessadas através de inquéritos de satisfação dos clientes e colaboradores, avaliações de impacto, reclamações, entre outros. Na tabela seguinte, apresentam-se os resultados do inquérito da avaliação da satisfação dos colaboradores, salientando-se que não disponibilizada a escala de suporte.



Tabela 3: Principais resultados da avaliação de satisfação dos colaboradores

Indicador	Total
Taxa de resposta	24,5% (N=315)
Média geral	3,0
Satisfação global com a instituição	3,1
Índice de satisfação dos colaboradores	2,0
(Serviços Clínicos do EPSCB-F)	3,7
Satisfação com os processos de gestão	2,6
Satisfação com as condições de trabalho	3,0
Satisfação com a forma de liderança da chefia direta	3,3
Motivação para a melhoria continua	3,5
Impacto da pandemia no colaborador	2,3
Impacto da pandemia no trabalho desenvolvido	2,2



Através do GMC são prestados serviços a todas as UO, exceto ao HP. O seu ambiente externo está interligado com a realidade que cada uma das UO enfrenta. Enquanto ferramenta de gestão organizacional, tem como objetivo maior unificar tudo o que a Instituição comunica.

Assim, a SCMP aproxima-se das suas partes interessadas, cativando-as a colaborar consigo na procura incessante do bem comum, e para estes se fazerem ouvir. Para além das formas anteriormente enunciadas, poderão pronunciar-se através dos seguintes canais de comunicação:

- Geral: scmp@scmp.pt
- Marketing e Comunicação: marketing.comunicacao@scmp.pt
- Apoio ao Cliente: apoiaocliente@scmp.pt
- Sustentabilidade e Responsabilidade Social: sustentabilidade@scmp.pt

No que respeita à parte interessada “clientes/utentes”, em 2022 foram realizadas avaliações de impacto na vida dos utentes integrados na área do risco do DIS, nomeadamente, Casa de Acolhimento Social – D. Manuel Martins (CAS) e Casa da Rua – D. Lopo de Almeida (CR). Na Casa de Santo António (CSA) foi iniciado o processo de implementação de avaliação de impacto com a Teoria da Mudança e identificação e análise das partes interessadas, que está em curso a criação de indicadores/instrumentos de medição e posterior realização. O início está previsto para o segundo semestre de 2023.

O primeiro passo foi identificar as partes interessadas e o seu grau de importância e influência na vida dos beneficiários. A análise permitiu identificar as pessoas, entidades e/ou organizações que estão envolvidas na intervenção das UO, direta ou indiretamente.

O envolvimento com os utentes das respostas sociais avaliadas, permitiu identificar os resultados vivenciados pelos próprios e reunir um conjunto de evidências sobre o alcance dos objetivos das respostas sociais.

Tabela 4: Identificação e análise das partes interessadas - CAS

Partes interessadas	Interesses	Efeito	Importância	Grau de influência
Beneficiários	Satisfação das suas necessidades básicas	++	4	4
Técnicos Gestores de Processo (TGP)	Satisfação das necessidades dos beneficiários com vista à sua autonomização	++	5	5
Instituto da Segurança Social (ISS)	Dar resposta às necessidades emergentes	++	5	5
Voluntariado	Promoção das suas atividades com vista à capacitação dos beneficiários	++	4	4
Familiares	Conforto moral e psicológico	+	4	3

O resultado da matriz de análise demonstra que é esperado que o efeito da intervenção do CAS seja muito positivo (++) nos beneficiários, nos TGP dos utentes, no ISS e na associação de voluntariado e positivo (+) nos familiares.

Tabela 5: Identificação e análise das partes interessadas - CR

Partes interessadas	Interesses	Efeito	Importância	Grau de influência
Utentes	Ter acesso a alojamento, alimentação, lavandaria e acompanhamento social e a médio prazo a integração e autonomia	++	5	5
TGP	Colaborar com o plano de inserção dos utentes	++	4	4
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	Avaliação, acompanhamento e resolução de problemas de saúde	+	3	3
Entidades de apoio à empregabilidade	Sinalização de utentes com perfil de empregabilidade vs integração no mercado de trabalho	+	4	3
Entidades de alojamento	Respostas alternativas em alojamento	++	4	2
ISS	Garantir direitos sociais (alojamento, refeições, higiene)	+	5	2
Rede de sociabilidade	Apoio na resolução de problemas referente aos utentes	+	3	2
Empresas	Captar recursos humanos e praticar a responsabilidade social	+	4	2

O resultado final da matriz de análise da CR demonstra que é esperado que o efeito da intervenção da CR seja muito positivo (++) nos utentes, nos TGP dos utentes, nas entidades de alojamento e positivo (+) no SNS, nas Entidades de apoio à empregabilidade, no ISS, na rede de sociabilidade e nas empresas.

Tabela 6: Identificação e análise das partes interessadas - CSA

Partes interessadas	Interesses	Efeito	Importância	Grau de influência
Beneficiários	Acolhimento em segurança em alojamento temporário com vista à autonomização	Empoderamento e autonomização	4	5
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Ter respostas para esta problemática com garantias de segurança e cumprimentos dos direitos das utentes	Dá resposta às necessidades nacionais	3	4
ISS	Intervenção conjugada dirigida a mulheres vítimas de violência doméstica concretizada através da CSA	Acolhimento temporário de VVD e promoção da (re) inserção	4	4
Entidades de encaminhamento de vítimas	Encaminhar a vítima para uma resposta segura	Dar resposta às necessidades das utentes	5	1

As avaliações de impacto realizadas foram medidas através de dois grupos de indicadores: Outputs e Resultados.

Os outputs correspondem às realizações que procedem a intervenção das UO. Foram estabelecidos os outputs e os indicadores a analisar durante o processo de avaliação (Tabelas 7 e 9). O instrumento de recolha foi o formulário de registo interno e os dados foram registados pela equipa técnica durante a intervenção.

O grupo de indicadores “Resultados” é referente ao impacto da intervenção. Assim, para cada resultado esperado, definiram-se indicadores, métricas e unidade de medida, conforme verificado nas Tabelas 8 e 10. Para além destes, foram definidas outras variáveis, nomeadamente, a descrição e fonte do indicador, a questão à qual se pretende dar resposta, o instrumento de recolha dos dados, os responsáveis pelo registo e/ou recolha da informação e em que fase da intervenção e, por fim, os resultados alcançados.

Tendo por base os indicadores e a diversidade de utentes, foram criados três formulários no Microsoft Forms, que permitiram contabilizar as necessidades, as diligências e os resultados vivenciados pelos utentes. Para os resultados relacionados com mudanças mais ambíguas e subjetivas nos utentes, foram criados dois inquéritos por questionário que foram e devem ser preenchidos pelos utentes no momento da entrada e de saída (CAS ou CR).

Tabela 7: Output CR

Nº	Atividade	Output	Indicador	Métrica	Unid.
1	Serviços de alimentação, higiene e alojamento	Acesso a alojamento	Nº de utentes que tiveram acesso a alojamento		26
		Acesso a refeições	Nº de utentes integrados com acesso a refeições	Nº de utentes integrados	26
		Acesso a equipamento para higiene pessoal	Nº de utentes integrados com acesso a equipamento para higiene pessoal		26
2	Acompanhamento técnico	Utentes são acompanhados a serviços	Nº de utentes acompanhados a serviços	Nº de utentes acompanhados a serviços (por tipo)	6
		Apoio no requerimento de prestações sociais	Nº de utentes apoiados para o acesso a prestações sociais	x	11
		Apoio na regularização do Cartão de Cidadão (CC)	Nº de utentes com apoio na regularização do CC	x	8
		Apoio na gestão de recursos financeiros	Nº de utentes que beneficiaram do apoio da gestão de rendimentos (banco interno)	x	7
		Apoio técnico na procura de habitação	Nº de utentes apoiados através da articulação com interlocutores de habitação/ Nº total de utentes	x	16
3	Apoio na procura de habitação	Utentes têm apoio na procura de emprego	Nº de utentes que teve apoio e ou acesso a informação relacionadas com emprego	x	17
		Utentes são encaminhados para entidades/projetos de promoção de emprego	Nº de utentes encaminhados para entidades/projetos de promoção de emprego	x	13
4	Capacitação e apoio na procura de emprego	Apoio para o exercício da atividade laboral	Nº de utentes com apoio de preparação para o exercício da atividade laboral	x	11
		Utentes têm apoio no agendamento de consultas e tratamentos	Nº de utentes que tiveram apoio no agendamento de consultas e tratamentos	x	11
5	Acompanhamento de Saúde	Utentes têm apoio no pedido de receitas e de medicação	Nº de utentes com receitas e/ou medicação pedidas	x	4
		Utentes são apoiados na inscrição no centro de saúde	Nº de utentes apoiados na inscrição no centro de saúde	x	3

Tabela 8: Resultados CR

Nº	Atividade	Indicador	Métrica	Unid. medida
1	Prevenção de uma situação de sem-abrigo (sem-teto)	Nº (%) de pessoas em situação de desalojamento e sem qualquer alternativa habitacional integradas	Nº de utentes desalojados integrados / Nº total de utentes	58%
2	Abandono de uma situação de sem-abrigo (sem-teto)	Nº (%) de utentes que abandonaram uma situação de sem-abrigo (sem-teto) ao integrarem a CR	Nº (%) de utentes que se encontravam em situação de sem-abrigo (sem-teto) antes de integrarem / Nº total de utentes	42%
3	Satisfação de necessidades básicas de subsistência (refeições; higiene pessoal)	Nº (%) de utentes que usufruíram de refeições	Nº de utentes confirmados na lista de encomendas de refeições / Nº total de utentes	100%
		Nº (%) de utentes que mantiveram e/ou melhoraram a higiene pessoal	Nº (%) de utentes que utilizaram as instalações sanitárias e de higiene / Nº total de utentes	100%
4	Acesso a prestações sociais/subsídios de estado;	Nº (%) de utentes com acesso a prestações sociais/subsídios do estado	Nº de utentes que tiveram acesso a prestações/legalização/outros após intervenção / Nº total de utentes com necessidade e elegíveis para apoio social	24%
5	Regularização do CC e outros documentos legais	Nº de utentes com CC regularizado	Nº de utentes com CC regularizado/ Nº de utentes com necessidade de regularizar CC	8
6	Beneficiam de apoio económico	Nº de utentes que beneficiou de apoio económico	Nº de utentes que beneficiou de apoio económico / Nº total de utentes	100%
7	Utentes conseguem poupar durante a estadia	Nº de utentes que pouparam devido à CR	Nº de utentes que pouparam devido à CR / Nº total de utentes com algum tipo de rendimento	43%
8	Análise e redefinição dos objetivos de vida do utente	Nº de utentes que participaram na elaboração do Plano Individual de Intervenção (PII)	Nº de utentes que participaram na elaboração do PII / Nº total de utentes	77%
9	Atitude construtiva e de mudança	Nº de utentes com pelo menos 50% de metas alcançadas (do total de metas estabelecidas)	Nº de metas alcançadas no PII / Nº de metas estabelecidas	63%
10	Integração em formação profissional/outra e garantia de condições para uma frequência regular	Nº (%) de utentes que integraram formação profissional	Nº (%) de utentes que integraram formação profissional / Número de utentes da intervenção (Em idade ativa e/ou desempregados)	7%

11	Aquisição de competências para uma procura ativa de emprego (currículo; candidaturas; entrevistas)	Nº (%) de utentes em idade ativa que adquiriram competências de procura ativa de emprego	Nº (%) de utentes que criaram ou atualizaram o seu currículo / Nº total de utentes em idade ativa e sem problema de saúde incapacitante	100%
			Nº (%) de utentes com pelo menos uma candidatura a emprego enviada / Nº total de utentes em idade ativa e sem problema de saúde incapacitante	80%
			Nº (%) de utentes inscritos em plataformas e gabinetes de apoio / Nº total de utentes em idade ativa e sem problema de saúde incapacitante	81%
			Nº (%) de utentes que participaram em pelo menos uma entrevista de emprego / Nº total de utentes em idade ativa e sem problema de saúde incapacitante	65%
12	Utentes reúnem condições para o exercício de atividade laboral	Nº de utentes que reúne condições para o exercício de atividade laboral	Nº de utentes que reúne condições para o exercício de atividade laboral / Nº total de utentes em idade ativa e sem problema de saúde incapacitante	10
13	Integração no mercado de trabalho	Nº (%) de utentes que foram colocados em emprego de meio período, período integral, temporário ou permanente durante o período do relatório. Job Placement Rate (PI3527)	Nº de utentes colocados em emprego [PI9465] / Número de utentes da intervenção (em idade ativa e/ou desempregados)	69%
14	Acesso a medicação	Nº (%) de utentes com acesso a medicação	Nº (%) de utentes com acesso a medicação / Nº total de utentes com necessidade de apoio na área da saúde	33%
15	Acesso a consultas/ tratamentos	Nº (%) de utentes com acesso a consultas e tratamentos	Nº (%) de utentes com acesso a consultas e tratamentos / Nº total de utentes com necessidade de apoio na área da saúde	77%
16	Atribuição ou alteração de centro de saúde e médico de família	Nº (%) de utentes com atribuição ou alteração de centro de saúde e médico de família	Nº de utentes com atribuição ou alteração de centro de saúde e médico de família / Nº de utentes com essa necessidade	30%
17	Aquisição de ferramentas na procura de habitação	Nº (%) de utentes que adquiriram ferramentas de procura de habitação	Nº (%) de utentes que adquiriram ferramentas de procura de habitação / Nº total de utentes	100%
18	Beneficiários integram habitação	Nº (%) de utentes que transitam do alojamento temporário para habitação	Nº (%) de utentes que transitam do alojamento temporário para habitação / Nº total de utentes	46%

Da análise efetuada à CR, concluiu-se que as atividades da esfera de controle apresentam melhores resultados e que, à medida que se avança para os resultados de esfera de influência direta, estes tendem a diminuir. O contexto de vulnerabilidade dos utentes (elevada proporção com idade avançada e desempregados) e o contexto externo de arrendamento habitacional poderão ter uma influência muito forte no alcance dos resultados esperados.

Tabela 9: Output CAS

Nº	Atividade	Output	Indicador	Unid. medida	Unid.
1	Serviços de alimentação, higiene e alojamento	Acesso a alojamento temporário (vaga normal)	Nº de utentes que tiveram acesso a alojamento temporário	N	159
		Pedidos de refeições	Nº de utentes integrados com acesso a refeições	N	278
		Acesso a equipamento para higiene pessoal	Nº de utentes integrados com acesso a equipamento para higiene pessoal	N	278
		Utentes são acompanhados a serviços	Nº de utentes acompanhados a serviços	N	7
2	Acompanhamento técnico	Apoio no requerimento de prestações sociais	Nº de utentes apoiados para o acesso a prestações sociais	N	41
		Apoio na regularização do CC	Nº de utentes com apoio na regularização do CC	N	22
		Apoio técnico na procura de habitação	Nº de utentes apoiados na procura de habitação	N	37
		Utentes têm apoio na procura de emprego	Nº de utentes que teve apoio e ou acesso a informação relacionadas com emprego	N	14
3	Capacitação e apoio na procura de emprego	Utentes são encaminhados para entidades/projetos de promoção de emprego	Nº de utentes encaminhados para entidades/projetos de promoção de emprego	N	22
		Utentes têm apoio no agendamento de consultas e tratamentos	Nº de utentes que tiveram apoio no agendamento de consultas e tratamentos	N	19
4	Acompanhamento de Saúde	Utentes têm apoio no pedido de receitas e de medicação	Nº de utentes que tiveram apoio no pedido de receitas/medicação	N	24

Tabela 10: Resultados CAS

Nº	Atividade	Indicador	Métrica	Unid. medida
1	Prevenção de uma situação de sem-abrigo (sem-teto)	Nº (%) de pessoas em situação de desalojamento e sem qualquer alternativa habitacional integradas	Nº de utentes desalojados integrados / Nº total de utentes	64%
2	Abandono de uma situação de sem-abrigo (sem-teto);	Nº (%) de utentes que abandonaram uma situação de sem-abrigo (sem-teto) ao integrarem o CAS	Nº (%) de utentes que se encontravam em situação de sem-abrigo (sem-teto) antes de integrarem / Nº total de utentes	31%
3	Acesso a subsídios do estado e/ou aguardam deferimento	Nº (%) de utentes com acesso a subsídios do estado e/ou aguardam deferimento	Nº de utentes que tiveram acesso a subsídios do estado e/ou aguardam deferimento/ Nº total de utentes com necessidade e elegíveis para receber subsídio	65%
4	Regularização do CC	Nº de utentes com CC regularizado	Nº de utentes com CC regularizado/ Nº de utentes com necessidade de regularizar CC	69%
5	Acesso a declaração de residência	Nº de utentes que acederam a declaração de residência no CAS	Nº de utentes que acederam a declaração de residência no CAS / Nº de beneficiários com necessidade de declaração	89%
			Global Aquisição de Competências	11,5%
			Nº (%) de utentes que criaram ou atualizaram o seu currículo / Nº total de utentes desempregados	59%
6	Aquisição de competências para uma procura ativa de emprego	Nº (%) de utentes em idade ativa que adquiriram competências de procura ativa de emprego	Nº (%) de utentes com pelo menos uma candidatura a emprego enviada / Nº total de utentes desempregados	2%
			Nº (%) de utentes inscritos em plataformas e gabinetes de apoio / Nº total de utentes desempregados	3%
			Nº (%) de utentes que participaram em pelo menos uma entrevista de emprego	15%
7	Integração no mercado de trabalho	Nº (%) de utentes que foram colocados em emprego de meio período, período integral, temporário ou permanente durante o período do relatório. Job Placement Rate (PI3527)	Nº de utentes colocados em emprego [PI9465] / Número de beneficiários da intervenção (Em idade ativa e/ou desempregados)	24%

8	Acesso a cuidados e serviços de saúde	Nº (%) de utentes com acesso a medicação	Nº (%) de utentes com acesso a medicação / Nº total de beneficiários com necessidade de medicação	61%
		Nº (%) de utentes com acesso a consultas e tratamentos	Nº (%) de utentes com acesso a consultas e tratamentos / Nº total de utentes com necessidade de agendamento de consultas e/ou tratamentos	100%
9	Aquisição de ferramentas na procura de habitação	Nº (%) de utentes que adquiriram ferramentas de procura de habitação	Nº (%) de utentes que adquiriram ferramentas de procura de habitação / Nº total de utentes que necessitava de apoio na procura	30%
10	Integração em resposta social mais adequada	Nº de utentes que integraram resposta social mais adequada	Nº (%) de utentes transferidos para resposta social mais adequada / Nº total de utentes	11%
11	Integração em habitação	Nº (%) de utentes que transitaram do alojamento temporário para habitação;	Nº (%) de utentes que transitaram do alojamento temporário para habitação / Nº total de utentes	45%
12	Satisfação de necessidades básicas (acesso a refeições; manutenção e/ou melhoria da higiene pessoal)	Nº (%) de utentes que tiveram acesso a refeições devido ao CAS	Confirmar com a equipa técnica se houve alguma interrupção no serviço e quantos utentes não tiveram acesso aos serviços. Se sim, calcular a % de utentes que tiveram acesso	100%
		Nº (%) de utentes que tiveram acesso a equipamentos de higiene pessoal devido ao CAS	Confirmar com a equipa técnica se houve alguma interrupção no serviço e quantos utentes não tiveram acesso aos serviços. Se sim, calcular a % de utentes que tiveram acesso	100%

À semelhança do observado na CR, obteve-se a mesma conclusão em relação às atividades da esfera de controlo. Salienta-se, ainda, que aproximadamente 26% dos utentes que integraram o CAS em 2022 abandonou numa fase inicial. Como não é uma saída programada com a equipa técnica, seria relevante no próximo período de avaliação, em conjunto com o ISS, analisar os principais motivos como, por exemplo, a percentagem de utentes que abandonou porque encontrou uma alternativa habitacional, porque não corresponde às expectativas, não alinhamento com as regras do CAS, entre outras.

Da análise efetuada às duas UO, verifica-se que o abandono precoce tem um impacto negativo no trabalho e desempenho da equipa técnica, bem como nos resultados finais do CAS, uma vez que os processos de

integração e de saída são exigentes tanto em tempo como em trabalho administrativo, o que retira foco do acompanhamento técnico dos restantes utentes.

Após a validação dos dados da CR e do CAS foram realizadas duas sessões de apresentação dos resultados às equipas técnicas e à Direção do DIS, tendo sido comunicados à CE.

ACORDOS DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

(2-30)

Informação indisponível.

GRI 3: TEMAS MATERIAIS

PROCESSO DE DEFINIÇÃO DE TEMAS MATERIAIS

(3-1)

A SCMP, desde há vários anos, tem vindo a desenvolver e a renovar a sua própria Estratégia de Sustentabilidade, estando atualmente em vigor a Estratégia de Sustentabilidade 2022-2025, onde foram definidos os seguintes objetivos:

Ambiente – Promover a eficiência energética, a redução do consumo de água e de outros recursos naturais, dando prioridade à utilização de fontes renováveis de energia, bem como à redução e valorização de resíduos.

- Promover uma gestão de resíduos eficaz;
- Promover a utilização sustentável dos recursos;
- Fomentar a transição para a utilização de fontes de energia renováveis;
- Incentivar a mobilidade sustentável.

Social – Planear e orientar os esforços no sentido de consolidar as operações da SCMP de satisfazer as necessidades e expectativas das partes interessadas.

- Implementar a norma voluntária ISO 26000 na atividade;
- Promover sociedades justas e mais inclusivas, fomentando hábitos e comportamentos responsáveis;
- Aproximar os colaboradores à Instituição (voluntariado corporativo);
- Criar enquadramentos políticos sólidos (fortalecimento do princípio da cooperação com a União das Misericórdias);

- Promover o empreendedorismo social e a integração no mercado de trabalho da população mais vulnerável.

Economia – Criar valor, viabilizando economicamente a Instituição.

- Desenvolver a economia circular, com enfoque no consumo sustentável, uso eficiente e valorização de recursos;
- Criar enquadramentos políticos sólidos, com base em estratégias de desenvolvimento;
- Promover o empreendedorismo social e a integração no mercado de trabalho da população mais vulnerável;
- Desenvolver infraestruturas energeticamente sustentáveis;
- Potenciar a recuperação e reabilitação do património da instituição preservando o edificado da SCMP;
- Incluir critérios ambientais, sociais e de segurança nos processos de seleção e avaliação de fornecedores;
- Assumir a inovação e transformação digital como fatores de melhoria no nível de eficiência dos processos.

LISTA DE TEMAS MATERIAIS

(3-2)

É com base nos objetivos da estratégia definida acima que se pretende desenvolver a atividade, tornando a sustentabilidade num princípio orientador, tal como tem acontecido ao longo destes 523 anos.

GESTÃO DOS TEMAS MATERIAIS

(3-3)

Informação indisponível.

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO

(201-1)

Com base nas demonstrações financeiras apresentadas para o resultado do exercício do ano de 2022, as seguintes tabelas ilustram o valor económico direto gerado, por rubrica e Área de Exploração, e o valor económico distribuído, conforme o modelo analítico definido.

Tabela 11: Valor económico direto gerado, distribuído por área, conforme o modelo analítico, em euros (€)

Área de Exploração	Vendas e Serviços Prestados	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	Outros Rendimentos e Ganhos	Juros e Rendimentos Similares Obtidos
Agricultura	116.905	69.791	15.795	-
Ambiente	11.143	-	5.469	-
Cultura	141.500	5.552	203.505	-
Educação	1.797.549	686.049	115.958	-
Ensino Especial	185.300	1.470.246	38.587	-
Justiça	1.872.458	6.439	15.784	-
Juventude	-	425.774	26.482	-
Projetos Especiais	532.470	713.611	72.544	-
Património de Rendimento	110.496	-	5.257.097	-
Saúde	38.800.871	1.436.974	1.599.667	962
Social	1.901.445	2.219.394	101.751	-
SPeC	30.881	55.806	166.076	16.492
Total	45.501.018	7.089.636	7.618.715	17.454

Tabela 12: Valor económico distribuído

Rubrica	Valores (€)	Peso (%)
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5.940.047,93	9,8
Fornecimentos e Serviços Externos	19.434.848,84	32,1
Gastos com o Pessoal	34.368.788,40	56,8
Outros Gastos e Perdas	664.363,23	1,1
Juros e Gastos Similares Suportados	88 950,76	0,1
Total	60.496.999,16	100

O valor económico retido, que corresponde à diferença entre o valor económico direto gerado (Tabela 11) e o valor económico distribuído (Tabela 12), foi de -270.176,16 €.

IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES DECORRENTES DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

(201-2)

A QA é a UO que sente diretamente os efeitos danosos provocados pelas alterações climáticas, e estas estão em certa medida a promover danos nas culturas, nomeadamente em termos de secas prolongadas e insolação das culturas.

As modificações do clima podem proporcionar a hipótese de adaptação de culturas mais rentáveis.

OBRIGAÇÕES DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO E OUTROS PLANOS DE APOSENTADORIA

(201-3)

Informação indisponível.



APOIO FINANCEIRO RECEBIDO DO GOVERNO

(201-4)

A seguinte tabela ilustra o valor monetário total do apoio financeiro recebido pela SCMP do Governo, durante o período coberto pelo relatório, discriminado pela tipologia.

Tabela 13: Apoio financeiro recebido em 2022

Indicador	Valor Total (€)
Benefícios e créditos fiscais	0
Subsídios*	6.287.556,92
Subvenções para investimento, pesquisa e desenvolvimento e outros tipos relevantes de concessões	0
Prémios	0
Incentivos que retardam o pagamento de royalties	0
Apoio financeiro de Agências de Crédito a Exportação	0
Incentivos financeiros	0
Outros benefícios financeiros recebidos ou recebíveis de qualquer governo para qualquer operação	0

Nota: * Resulta dos subsídios à exploração, com exceção do valor pago pelo Fundo Social Europeu para Projetos derivados de candidaturas, que já consta na coluna de "Vendas e Serviços Prestados".



GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO

PROPORÇÃO ENTRE O SALÁRIO MAIS BAIXO E O SALÁRIO MÍNIMO LOCAL, COM DISCRIMINAÇÃO POR GÉNERO

(202-1)

O salário mínimo local é igual ao salário mínimo nacional, em ambos os sexos, que é considerado de 760€.

GRI 203: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS

(203-1) (203-2)

Informação indisponível.



GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRA

PROPORÇÃO DE GASTOS COM FORNECEDORES LOCAIS

(204-1)

Após os dois anos atípicos de 2020 e 2021 devido à pandemia, 2022 revelou-se um ano muito desafiante, não só pela adaptação à “normalidade” possível, como pelo contexto de guerra na Ucrânia.

As Cadeias de Abastecimento ressentiram-se, quer pelos sucessivos aumentos nos custos energéticos, quer na falta de matérias-primas.

A subida generalizada e persistente dos custos energéticos, trouxe uma maior tomada de consciência acerca da necessidade da transição para um mundo energeticamente mais sustentável, acelerando a definição de metas a alcançar e encurtando os prazos de execução das mesmas. Deste modo, também a Central de Compras da SCMP preconiza as diretivas europeias e nacionais que vão de encontro à adoção de medidas que visam a Economia Verde e Circular.

A estrutura de fornecedores manteve-se praticamente inalterada. A maioria deles (cerca de 99%) é de proximidade, o que permite controlar melhor a cadeia de abastecimento como também evitar uma pegada de carbono elevada.

Por outro lado, durante o ano de 2022 foram desenvolvidos esforços com alguns fornecedores no sentido de alinhar estratégias no âmbito da Economia Verde e Circular. Face à instabilidade dos mercados e ao contexto macroeconómico vivido, foi considerado não ser oportuno ainda a mudança de paradigma. No entanto, foi notória a recetividade dos fornecedores em mudarem alguns procedimentos tendo em vista a adoção de medidas mais sustentáveis.

Assim, deu-se continuidade à sensibilização da importância de reaver-se os vasilhames da QA – azeite e azeitonas – bem como o reaproveitamento das cai-



xas de cartão ou de plástico que estão em bom estado e utilizadas pela empresa prestadora de serviço de alimentação. Ainda sem indicadores formalizados, verifica-se que esta prática está já a enraizar-se nos consumidores internos da QA, que trazem os seus vasilhames para serem reutilizados.

Em 2023 ir-se-á avançar para uma monitorização mais assertiva, determinando o rácio de vasilhame devolvido (de azeite e azeitonas) por vasilhame transportado, e para a criação de um fluxo informativo acerca do número de caixas de cartão e plástico reaproveitadas.

A longo prazo espera-se adotar as orientações da norma ISO 20400 – Compras Sustentáveis – de forma a garantir-se que as compras realizadas são ambiental e socialmente responsáveis, integrando a sustentabilidade e a responsabilidade social no processo de compra. Salienta-se o facto de esta norma fornecer diretrizes e não requisitos, pelo que não se destina a fins de certificação, mas sim incorporar a sustentabilidade na realização das compras efetuadas para a SCMP, reduzindo impacto no meio ambiente e demonstrando responsabilidade social da sua cadeia de abastecimento.

GRI 205: ANTI-CORRUPÇÃO

OPERAÇÕES AVALIADAS QUANTO A RISCOS RELACIONADOS À CORRUPÇÃO

(205-1)

No âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da SCMP, em 2023 está previsto a sua atualização e avaliação de riscos relacionados em matéria de corrupção.

COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO

(205-2)

No que respeita ao número total de colaboradores que receberam capacitação em combate à corrupção, não é possível aferir por categoria profissional, contudo realça-se que três auditores internos participaram numa conferência subordinada ao tema (2h) - Novo Regime Geral de Combate à Corrupção e Canais de Denúncia e três participaram num webinar chamado “Regime de Proteção dos Denunciantes de Infrações”.

CASOS CONFIRMADOS DE CORRUPÇÃO E MEDIDAS TOMADAS

(205-3)

Em 2022 não foram rececionadas denúncias.

GRI 207: TRIBUTOS

(207-1) (207-2) (207-3) (207-4)

Não aplicável.

GRI 301: MATERIAIS

MATERIAIS UTILIZADOS, DISCRIMINADOS POR PESO OU VOLUME

(301-1)

Sendo a redução do impacto ambiental uma prioridade de toda a instituição, também o GRC tem vindo a tomar medidas nesse sentido, tais como o facto de na Igreja Privativa ser utilizada cera líquida nos altares, no sentido de reduzir custos e contribuir para um melhor ambiente. Até esgotar todo o stock existente de velas, um dos propósitos é estender a todos os lugares de culto esta prática.

QUANTIDADE DE MATERIAIS RECICLADOS USADOS

(301-2)

No CNSE, decorrente das atividades letivas, na creche e no pré-escolar são desenvolvidas ações de sensibilização com a temática da Sustentabilidade e Am-

biente, assim como pequenos projetos onde a comunidade escolar e família se envolvem, apresentando trabalhos e dinâmicas com materiais que solicita junto dos encarregados de educação e do departamento Eco-Escolas, como, por exemplo, tampas de sumos, cápsulas de café, rolos vazios de papel, copos de iogurte, tampas e garrafas de sumo, caixas de cartão e material de desperdício diverso.

PRODUTOS E SUAS EMBALAGENS RECUPERADOS

(301-3)

No sentido de diminuir a sua pegada ecológica, a QA iniciou a recolha de garrações de azeite utilizados para reutilização.

Para diminuir a produção de novas estruturas e consequente redução da exploração de recursos naturais, diminuindo a produção de resíduos, o MMIPO tem vindo a adotar um conjunto de medidas que visam o aumento da eficiência na gestão de recursos, tal como acontece com o reaproveitamento das estruturas museográficas das exposições que, em 2022, atingiram os 95%.

Por outro lado, o GRC assume toda a manutenção e zelo dos paramentos, toalhas de altar e alfais litúrgicas, balandraus usados pela MA, num pequeno atelier que funciona na Rua das Flores, com recurso a utensílios que estavam em desuso, a saber, máquina de costura, ferro e tábua de engomar.



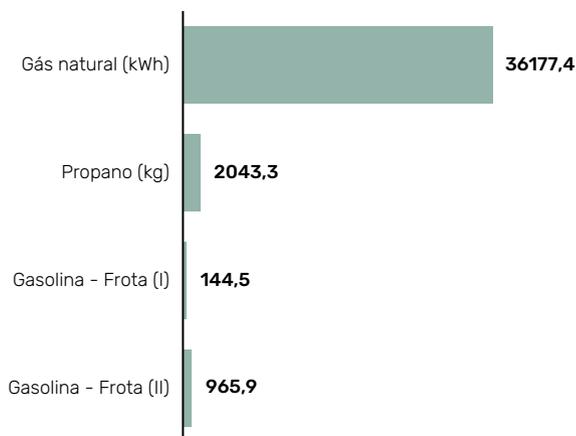
GRI 302: ENERGIA

CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DA ORGANIZAÇÃO

(302-1)

O consumo total de combustíveis (oriundos de fontes não renováveis) foi de 39331 GJ, reduzindo 19% face ao ano transato, encontrando-se discriminado no gráfico seguinte.

Gráfico 1: Consumo Anual de Energia (GJ), por fonte



O consumo total de energia dentro da Instituição, incluindo a eletricidade, cuja origem pode advir de fontes renováveis, foi de 55838 GJ, traduzindo-se numa redução de 18% face ao ano anterior.

A QA foi a única UO, em 2022, produtora de energia renovável, com 20,35 GJ.

CONSUMO DE ENERGIA FORA DA ORGANIZAÇÃO

(302-2)

Não aplicável.

INTENSIDADE ENERGÉTICA

(302-3)

Não aplicável.

REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA

(302-4)

Em algumas UO foram deliberadas e adotadas medidas para redução no consumo de eletricidade e gás, nomeadamente:

- CHCF e Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI): contenção e redução de cerca de 10%;
- HP: a partir das 21h até as 7h, desligar a energia nas áreas de escadarias interiores e zonas comuns a 50%;
- EPSCB-F: medidas articuladas com a tutela;
- CAS, CR e CSA: contenção e redução de cerca de 20%;
- CNSE: durante o fim de semana e férias, fiquem ligados somente os sistemas necessários;
- SPeC: iluminação da fachada desligada e a partir das 18:30 toda a iluminação seja reduzida somente fora das áreas de trabalho operacionais;
- MMIP0: redução de horários de iluminação dos espaços em 20%.

Na sequência das iniciativas aplicadas, ainda não é possível quantificar o volume das reduções do consumo da energia obtido diretamente dessas iniciativas.

REDUÇÕES NOS REQUISITOS ENERGÉTICOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

(302-5)

Não aplicável.

GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES

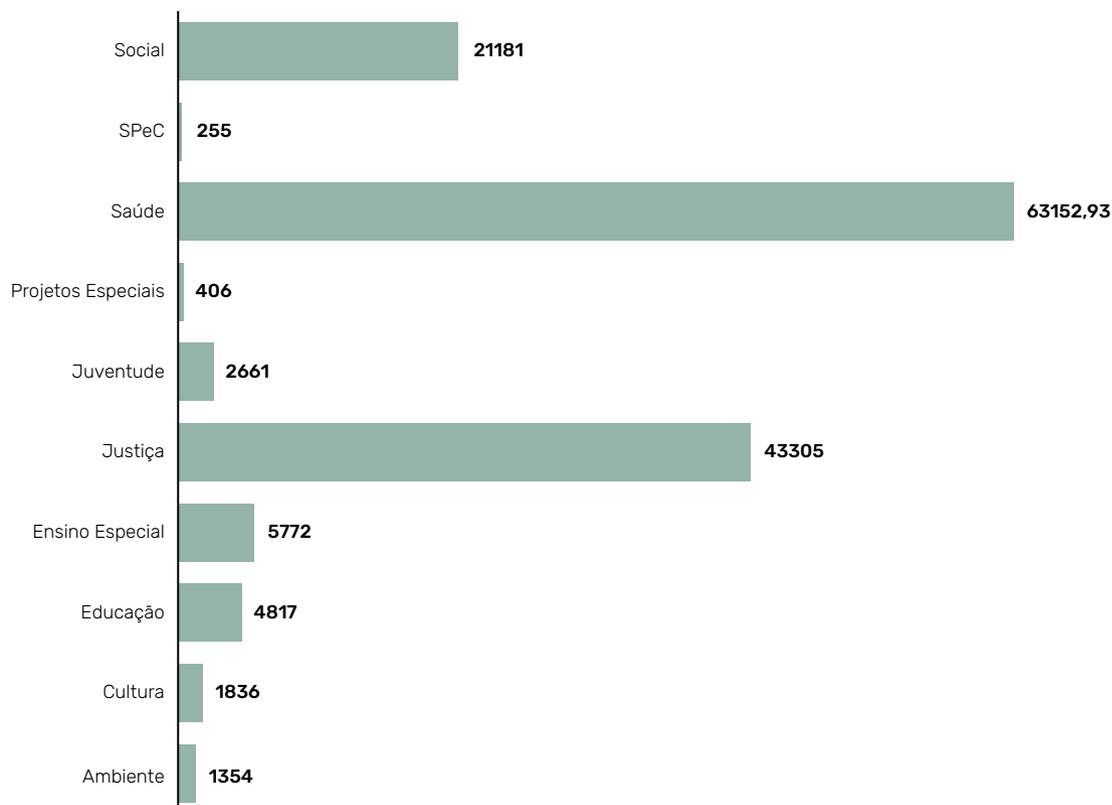
CONSUMO DE ÁGUA

(303-5)

O consumo de água é analisado mensalmente, no sentido de monitorizar os consumos exagerados ou eventuais fugas. O reporte às UO é realizado trimestralmente pelo DGOSI - GRC, em formato de PowerPoint.

Em 2022 o consumo total registado foi de 144739,93 m³, correspondendo a um acréscimo de 13% face ao ano anterior.

Gráfico 2: Distribuição de consumo de água por área de exploração, em m³



O PAM, sendo um espaço onde existem hortas comunitárias e se pratica agricultura biológica, tem na sua génese uma preocupação intrínseca com as questões ambientais, de gestão e preservação dos recursos naturais e com questões de qualidade e saúde pública. Nesse sentido, são realizadas com frequência análises

à água no sentido de detetar atempadamente agentes patogénicos que possam causar problemas de saúde à comunidade. Em 2022 não foram encontrados vestígios de Legionella nas análises à água que foram realizadas.

UO PRÓPRIAS, ARRENDADAS OU ADMINISTRADAS DENTRO OU NAS PROXIMIDADES DE ÁREAS PROTEGIDAS E DE ÁREAS DE ALTO VALOR PARA A BIODIVERSIDADE SITUADAS FORA DE ÁREAS PROTEGIDAS

(304-1)

A QA é dotada de uma área de aproximadamente 400 hectares, situando-se em pleno coração do Parque Natural do Douro Internacional. Está condicionada às Intervenções Territoriais Integradas (Douro Internacional e Douro Vinhateiro), assim como à Zona de Proteção Especial - Douro Internacional e Vale do Águeda (PTZPE00038), Faixa de proteção de Massas de água (Albufeira) e ICNF Área Protegida - Douro Internacional (PNP). No que concerne ao valor de biodiversidade, insere-se na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 na Categoria V da International Union for Conservation of Nature (Paisagem/Costa Protegida).

IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DE ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS NA BIODIVERSIDADE

(304-2)

Não aplicável.

HABITATS PROTEGIDOS OU RECUPERADOS

(304-3)

A QA encontra-se numa zona de elevada sensibilidade para a fauna em 200 dos 400 hectares (nidificação de aves), sendo também uma Zona de Proteção Especial e Parque Natural do Douro Internacional (400 Hectares), para além de sítio de interesse comunitário (10 dos 400 hectares).

ESPÉCIES INCLUÍDAS NA LISTA VERMELHA DA IUCN E EM LISTAS NACIONAIS DE CONSERVAÇÃO COM HABITATS EM ÁREAS AFETADAS POR OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO

(304-5)

Não aplicável.

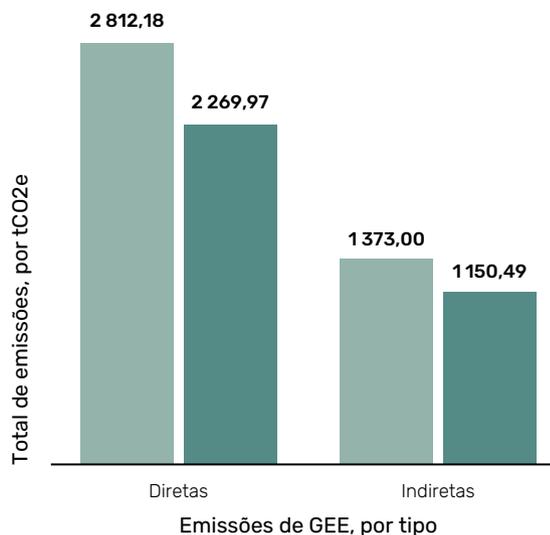
GRI 305: EMISSÕES

EMISSÕES DIRETAS (ÂMBITO 1) DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) E EMISSÕES INDIRETAS (ÂMBITO 2) DE GEE PROVENIENTES DA AQUISIÇÃO DE ENERGIA

(305-1) (305-2)

O total de emissões diretas e indiretas de GEE, em toneladas métricas de CO₂, podem ser observados no gráfico seguinte. A variação do ano transato foi de -19% em emissões diretas e -16% em emissões indiretas.

Gráfico 3: Emissões de GEE (tCO₂e), por tipo



OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS (ESCOPO 3) DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

(305-3)

Não aplicável.



INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

(305-4)

Não aplicável.

REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

(305-5)

Não aplicável.

EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZONO (SDO)

(305-6)

Não aplicável.

EMISSÕES DE NOX, SOX E OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS

(305-7)

Não aplicável.

GRI 306: RESÍDUOS

GERAÇÃO DE RESÍDUOS E IMPACTOS SIGNIFICATIVOS RELACIONADOS A RESÍDUOS

(306-1)

Informação indisponível.

GESTÃO DE IMPACTOS SIGNIFICATIVOS RELACIONADOS A RESÍDUOS

(306-2)

Por forma de reduzir a produção de resíduos, o MMIPO tem vindo a desenvolver medidas, já descritas anteriormente no GRI 301-3.

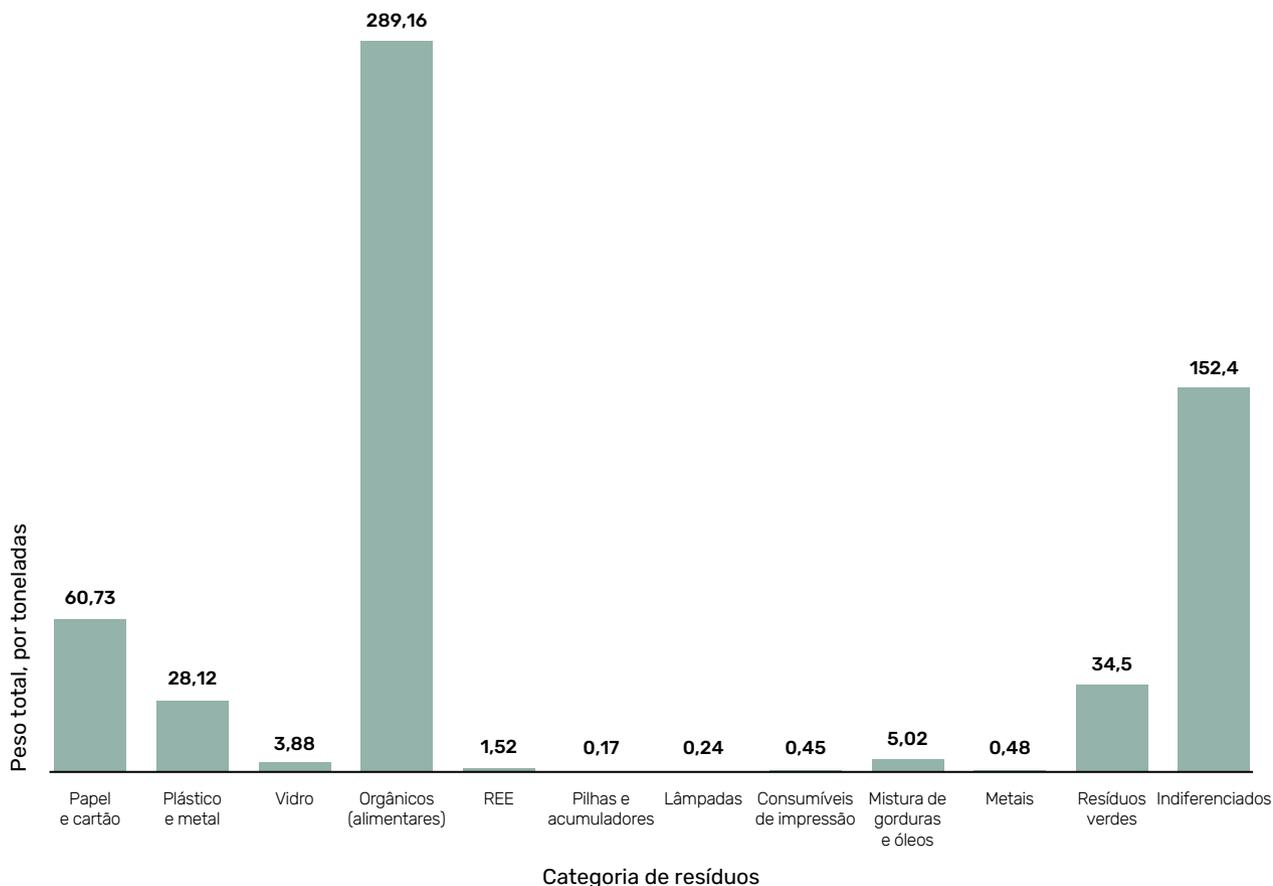
Sendo um grande produtor de resíduos, a SCMP colabora com vários operadores de gestão de resíduos. Para uma melhor gestão e mitigação dessa produção, procede-se à monitorização da evolução da mesma através do cruzamento de dados das e-GAR – Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos, faturas e talões de pesagem.

RESÍDUOS GERADOS

(306-3)

Em 2022, verificou-se uma produção total de resíduos de 734,1 toneladas, tendo-se observado uma diminuição de 6,84% face ao ano anterior. Para uma melhor compreensão desta evolução apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico 4: Distribuição da tipologia de resíduos produzidos, em toneladas



RESÍDUOS NÃO DESTINADOS PARA DEPOSIÇÃO FINAL

(306-4)

O total de resíduos não destinados para deposição final foi de 236,97 toneladas. Do total, 156,85 toneladas são consideradas resíduos perigosos e 80,10 toneladas são consideradas resíduos não perigosos. Em comparação com o ano anterior, registou-se uma redução de 32%, contribuindo-se, assim, para a redução da pegada ecológica.

RESÍDUOS DESTINADOS PARA DEPOSIÇÃO FINAL

(306-5)

O total de resíduos para deposição final foi de 120,81 toneladas. Deste total, foram considerados resíduos perigosos 119,90 toneladas e não perigosos 0,86 toneladas. Em comparação com o ano homólogo, houve um acréscimo de 34% que, face às suas características, não podem ser reutilizados ou valorizados.

GRI 401: EMPREGO

NOVAS CONTRATAÇÕES E ROTATIVIDADE DE COLABORADORES

(401-1)

Do número de novas contratações e rotatividade de colaboradores no período do relatório, pode-se observar nos gráficos abaixo o número e percentagem por sexo e por faixa etária.

Gráfico 5: Distribuição por sexo e faixa etária relativa à entrada de colaboradores

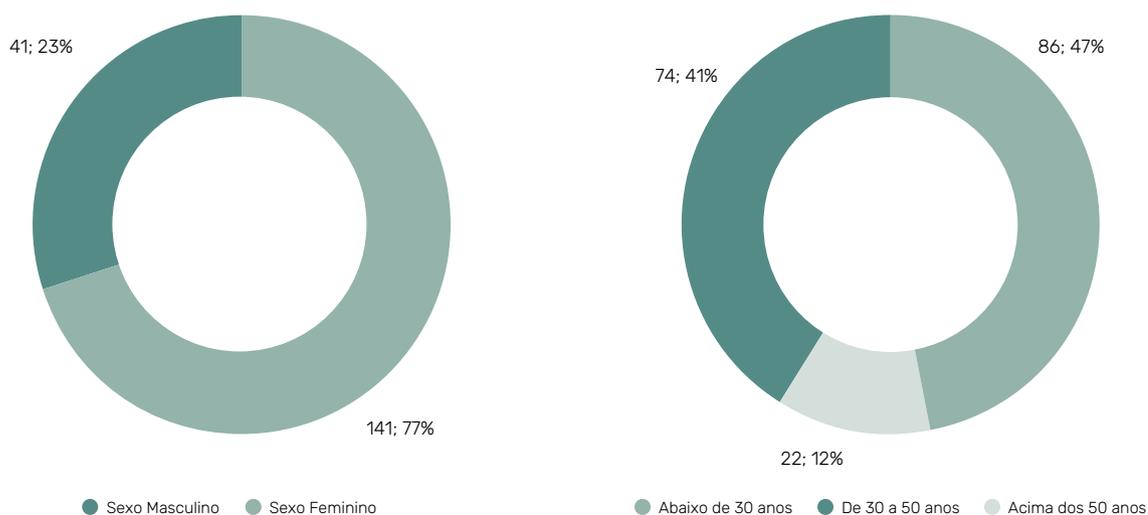
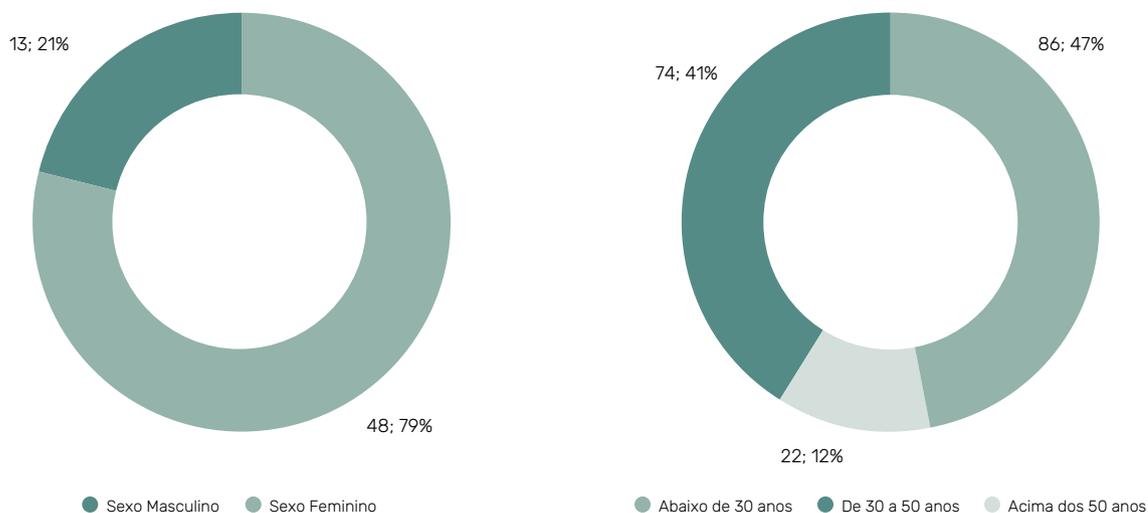


Gráfico 6: Distribuição por sexo e faixa etária relativa à saída de colaboradores



BENEFÍCIOS OFERECIDOS A COLABORADORES EM TEMPO INTEGRAL QUE NÃO SÃO OFERECIDOS A COLABORADORES TEMPORÁRIOS OU DE PERÍODO PARCIAL

(401-2)

A preocupação com o bem-estar global dos colaboradores é fundamental para a continuidade do alcance da missão. Por isso, foram estabelecidos um conjunto de benefícios transversais aos colaboradores que contribuam para a sua saúde, segurança e conforto.

Tabela 14: Identificação dos benefícios atribuídos aos colaboradores em tempo integral

Benefícios padrão
Apoio a aposentados e a reformados
Apoio psicossocial
Consultas de medicina gratuitas
Direito à Desconexão
Fundo de Emergência de Ação Social
Natal Misericórdia
Oferta da Vacinação Anual Contra a Gripe
Programa Regresso às Aulas
Seguro de saúde

LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE

(401-3)

De um total de 1287 colaboradores com direito a tirar licença de maternidade/paternidade (958 do sexo masculino e 329 do sexo feminino), 18 colaboradores do sexo masculino e 4 do sexo feminino usufruíram licença de maternidade/paternidade.

Dos colaboradores que tiraram licença de maternidade/paternidade, todos retornaram ao trabalho depois do término da licença, e continuaram empregados doze meses após o retorno ao trabalho.

A taxa de retorno e de retenção ao trabalho foi de 100%.



GRI 402: RELAÇÕES DE TRABALHO

(402-1)

Informação indisponível.

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

(403-1)

Informação indisponível.

IDENTIFICAÇÃO DE PERICULOSIDADE, AVALIAÇÃO DE RISCOS E INVESTIGAÇÃO DE INCIDENTES

(403-2)

A SCMP garante a qualidade dos processos de identificação de perigos e avaliação de riscos através da utilização de metodologia própria, assente em modelo de Método de Matriz Composta que engloba a identificação, análise e controlo de riscos profissionais. A aplicação desta metodologia é realizada por Técnicos Superiores de Segurança no Trabalho devidamente credenciados, com atualização científica regular, de acordo com a legislação em vigor.

A avaliação de riscos profissionais é integrada no conjunto de atividades da SCMP, que adota as medidas adequadas de proteção. Assim, as medidas de segurança são programadas e integradas na gestão da instituição, tendo em conta os princípios gerais da prevenção:

a) Evitar os riscos;

b) Avaliar os riscos que não possam ser evitados;

c) Combater os riscos na origem;

d) Assegurar que os postos de trabalho, equipamentos e métodos de trabalho não coloquem em risco a segurança e saúde do trabalhador, relativamente à exposição a agentes físicos, químicos, biológicos e fatores de risco psicossociais;

e) Adaptar o trabalho ao homem;

f) Ter em conta a evolução da técnica e formas de organização do trabalho;

g) Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;

h) Priorizar as medidas de proteção coletiva em relação às medidas de proteção individual;

i) Elaborar e divulgar instruções adequadas aos trabalhadores.

Sempre que pertinente e útil, os colaboradores da SCMP podem comunicar perigos e/ou situações perigosas à sua chefia.

Durante a atualização das avaliações de riscos e em auditorias, os colaboradores podem também comunicar perigos e/ou situações perigosas à equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Os colaboradores são protegidos contra represálias através da Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho e Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho em vigor na SCMP.

A SCMP tem um conjunto de políticas no âmbito da SST que permitem mitigar os riscos profissionais e evitar acidentes de trabalho ou doenças profissionais, nomeadamente:

- Política de SST

- Política para a Redução das Lesões Músculo-Esqueléticas

- Política da Gestão do Stress e Bem-Estar
- Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
- Política de Prevenção e Resposta à Doença pelo Novo Coronavírus

O Processo de Averiguação de Acidentes de Trabalho tem como objetivo eliminar as causas e evitar a recorrência de acidentes, sendo realizado através de inquérito com questionário. Os colaboradores são inquiridos individualmente descrevendo os factos, podendo recolher-se registos fotográficos para elementos de prova. Se necessário, são inquiridas testemunhas. Deste inquérito podem surgir medidas corretivas tendo em conta os princípios gerais da prevenção.

SERVIÇOS DE SAÚDE DO TRABALHO

(403-3)

O serviço de Medicina do Trabalho destina-se a todos os colaboradores e dirige a sua atividade aos fatores extrínsecos que influenciem o ambiente de trabalho e que afetem a segurança e saúde do trabalhador. As principais atividades:

- Abertura e atualização do ficheiro clínico individual;
- Preenchimento das fichas de aptidão e seu envio para o DRHFP;
- Visita às instalações das UO para avaliação das condições gerais de trabalho e potenciais implicações na saúde dos trabalhadores;
- Exames médicos periódicos, de admissão e ocasionais aos trabalhadores;
- Análise dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;
- Recolha e organização dos elementos estatísticos necessários;

- Colaboração com a área da SST;
- Informação e auxílio aos serviços de segurança e higiene na formação sobre riscos para a saúde e sobre medidas de proteção e prevenção;
- Colaboração na realização do relatório anual.

Relativamente ao sigilo das informações partilhadas, todos os colaboradores estão cientes do conteúdo, pelo que existe uma política documentada sobre o sigilo e confidencialidade no âmbito deste serviço.

O serviço de Medicina do Trabalho respeita o direito do colaborador à privacidade, pelo que os dados recolhidos não influenciam em aspetos como rescisões, promoção, remuneração, decisões referentes ao emprego, entre outros favoráveis e/ou desfavoráveis.

PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES, CONSULTA E COMUNICAÇÃO AOS COLABORADORES REFERENTES A SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

(403-4)

É assegurada a participação e consulta aos colaboradores no desenvolvimento da identificação de perigos e avaliação de riscos em vários momentos, nomeadamente durante auditorias de SST e durante o processo de atualização das avaliações de riscos profissionais. Os trabalhadores são consultados sobre medidas de proteção e prevenção, programa e organização da formação, equipamento de proteção que seja necessário utilizar, riscos específicos das atividades, entre outros.

Em 2022 foi realizada uma consulta aos trabalhadores no âmbito da SST.

CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

(403-5)

As necessidades de formação em matéria de SST têm origem no processo anual de gestão de formação do DRHFP - Academia, nas avaliações de risco profissio-

nais, na investigação de acidentes de trabalho, no cumprimento de requisitos legais, no cumprimento de requisitos de certificação e na consulta dos colaboradores.

Em 2022, destacam-se as formações no âmbito da Prevenção do Contágio COVID-19, Plano de Contingência COVID-19, utilização de equipamentos de proteção individual, prevenção de riscos biológicos, emergência Interna, segurança contra incêndios, medidas de auto-proteção e prevenção de lesões músculo-esqueléticas.

PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

(403-6)

O serviço de Medicina do Trabalho promove planos de prevenção contra tabagismo, alcoolismo, obesidade, dislipidemia, hipertensão arterial, diabetes e stress; presta esclarecimento sobre hábitos dietéticos (sal, gorduras, açúcar, café, álcool); incrementa a prática de atividade física (prevenção de sedentarismo); alerta para doenças sexualmente transmissíveis, luta anti-tuberculose, prevenção neoplasias do aparelho digestivo, próstata, pulmão, mama e colo uterino; promove consultas de rastreio; atualiza o boletim de vacinas; promove medidas de higiene pessoal e coletiva. Em resumo, apresentam-se os indicadores relativamente ao ano de 2022.

Tabela 15: Indicadores da promoção da saúde do colaborador

Indicadores	Total
Consultas de Admissão	71
Consultas Periódicas	405
Consultas Após doença	418
Outras	177

PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO DIRETAMENTE VINCULADOS COM RELAÇÕES DE NEGÓCIOS

(403-7)

Existe um Código de Conduta dos Fornecedores de Serviços Externos que obriga a que estes cumpram com a legislação de SST aplicável à sua organização e que tomem medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde dos colaboradores, mitigando as causas dos perigos inerentes ao ambiente de trabalho.

A SCMP reserva-se o direito de verificar, a todo o tempo, se os seus fornecedores de serviços externos cumprem estas disposições.

TRABALHADORES COBERTOS POR UM SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

(403-8)

Informação indisponível.

ACIDENTES DE TRABALHO

(403-9)

A seguinte tabela apresenta os dados sobre acidentes de trabalho dos colaboradores.

Tabela 16: Indicadores sobre acidentes de trabalho

Indicadores	Total
Nº de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0
Nº de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0
Nº de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0

Em consonância com o reporte do Relatório Único, os dados da tabela infra não incluem acidentes de trajeto:

Tabela 17: Total de acidentes de trabalho por tipo de ausência, dias perdidos e índices aplicáveis em 2022

Indicadores	Total
Nº de acidentes de trabalho com ausência inferior a 1 dia (sem dias perdidos)	28
Nº de acidentes de trabalho com ausência 1 a 3 dias	2
Nº de acidentes de trabalho com ausência 4 a 30 dias	26
Nº de acidentes de trabalho com ausência superior a 30 dias	11
Nº de dias perdidos	920
Índice de Frequência (número de acidentes de trabalho por milhão de horas-homem trabalhadas)	19,3
Índice de Gravidade (número de dias perdidos por mil horas-homem trabalhadas)	0,46
Índice de Incidência (número de acidentes de trabalho por mil trabalhadores, em média)	51,78

DOENÇAS PROFISSIONAIS

(403-10)

No ano de reporte, não houve registo de óbitos e doenças profissionais de comunicação obrigatória.



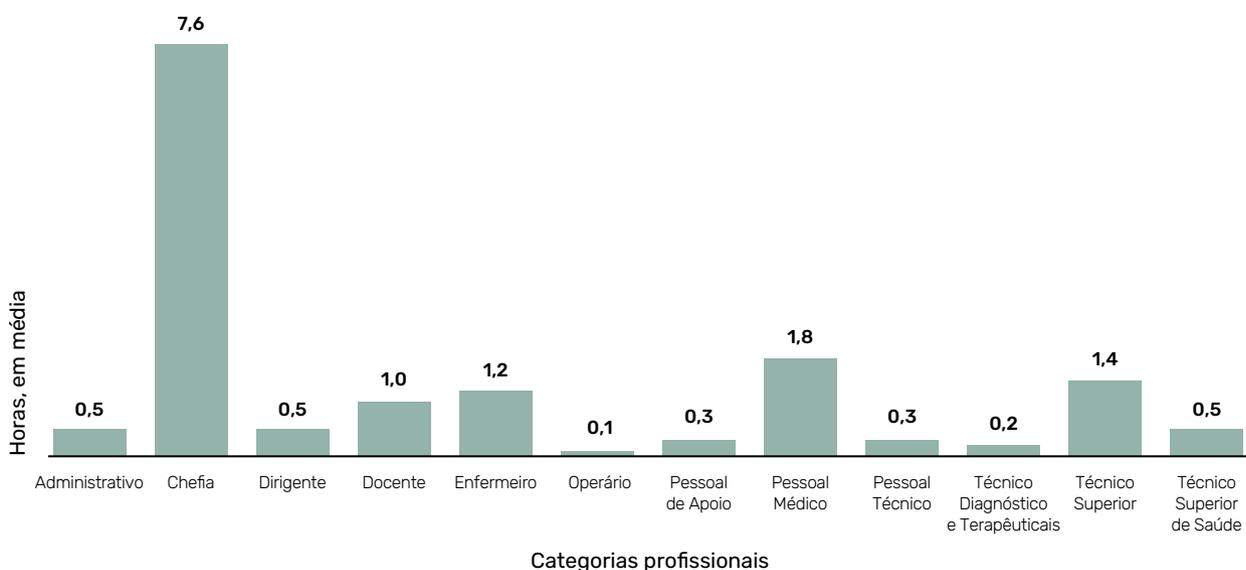
GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO POR ANO, POR COLABORADOR

(404-1)

Em 2022 registaram-se, em média, 0,8 horas de capacitação para colaboradores do sexo masculino e 0,7 horas para colaboradores do sexo feminino. Relativamente à categoria profissional, no gráfico abaixo observa-se a média de horas de capacitação por cada uma.

Gráfico 7: Média de horas de capacitação, por categoria profissional



Registou-se ainda 392 colaboradores que receberam formação/sensibilização para capacitar em políticas de direitos humanos com 865 horas dedicadas durante 2022.

PROGRAMAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DE COMPETÊNCIAS DOS COLABORADORES E DE ASSISTÊNCIA PARA TRANSIÇÃO DE CARREIRA

(404-2)

Existem programas implementados para aperfeiçoar as competências dos colaboradores na SCMP, no qual 6 colaboradores usufruíram, para que possam fre-

quentá-los em horário laboral, para além de apoios financeiros para a sua frequência, nomeadamente:

- Formação de Qualificação Interna;
- Formação de Qualificação Externa;
- Formação de Aperfeiçoamento;
- Formação Avançada de Especialização.

A atribuição do estatuto Trabalhador-Estudante é outra forma de promover a aquisição e aperfeiçoamento de competências.

Relativamente aos programas de assistência para transição de carreira, a SCMP disponibiliza um planeamento de pré-aposentadoria, que constitui um programa de assistência para a transição de carreira visando a gestão de final de carreira devido a aposentadoria ou rescisão do contrato de trabalho, onde um colaborador usufruiu deste benefício.

PERCENTUAL DE COLABORADORES QUE RECEBEM AVALIAÇÕES REGULARES DE DESEMPENHO E DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA

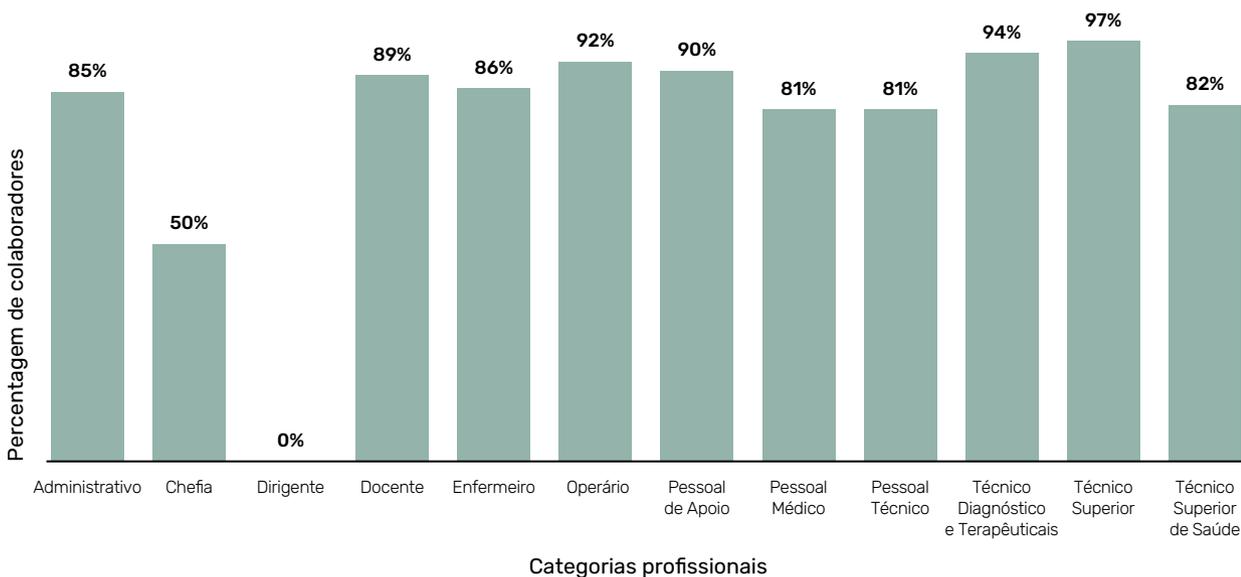
(404-3)

Do total de colaboradores da SCMP, 88% receberam avaliação de desempenho regular, sendo que 28% foram do sexo masculino e 72% do sexo feminino.

A variação homóloga reduziu 3% por sexo e 4% na categoria funcional, como se pode observar no gráfico abaixo relativamente ao ano de 2022.



Gráfico 8: Distribuição percentual da avaliação de desempenho regular recebida, por categoria profissional



GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

DIVERSIDADE EM ÓRGÃOS DE GOVERNANÇA E COLABORADORES

(405-1)

No que diz respeito ao percentual de novos colaboradores por categoria profissional, a seguinte tabela apresenta a sua distribuição por sexo e faixa etária.

Tabela 18: Distribuição de novos colaboradores por categoria profissional

Novos colaboradores	Sexo (%)		Faixa etária (%)		
	Masculino	Feminino	Abaixo dos 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima dos 50 anos
Administrativo	2,4	4,3	0	6,8	0,1
Chefia	0	0	0	0	0
Dirigente	2,4	0	0	1,4	0
Docente	0	2,8	2,3	2,7	0
Enfermeiro	12,2	22,0	34,4	8,1	0
Administrativo	0	2,1	0	2,7	0,1
Pessoal de Apoio	53,7	54,6	43,0	60,8	1,1
Pessoal Médico	9,8	2,1	0	9,5	0
Pessoal Técnico	12,2	0	2,3	0	0,2
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	2,4	2,1	3,5	0	0,1
Técnico Superior	4,9	9,2	11,6	5,4	0,1
Técnico Superior de Saúde	0	0,7	1,2	0	0

PROPORÇÃO ENTRE O SALÁRIO-BASE E A REMUNERAÇÃO RECEBIDOS PELO SEXO FEMININO E PELO SEXO MASCULINO

(405-2)

A proporção entre o salário-base (valores da tabela salarial do novo contrato seletivo de trabalho) e a remuneração recebidos pelos colaboradores do sexo feminino e masculino, em cada categoria profissional, encontra-se acima dos 11%, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 19: Distribuição percentual das categorias profissionais, por sexo

Categoria profissional	Sexo	
	Masculino	Feminino
Administrativo	82%	68%
Chefia	5%	11%
Dirigente	305%	28%
Docente	111%	77%
Enfermeiro	191%	148%
Operário	55%	25%
Pessoal de Apoio	39%	30%
Pessoal Médico	755%	569%
Pessoal Técnico	81%	79%
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	162%	121%
Técnico Superior	136%	86%
Técnico Superior de Saúde	395%	85%

GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO

(406-1)

Informação indisponível.

GRI 407: LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

(407-1)

Informação indisponível.

GRI 408: TRABALHO INFANTIL

(408-1)

Não aplicável.

GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

(409-1)

Informação indisponível.

GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA

(410-1)

Informação indisponível.

GRI 411: DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS

(411-1)

Não aplicável.

GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS

OPERAÇÕES COM ENVOLVIMENTO, AVALIAÇÕES DE IMPACTO E PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO VOLTADOS À COMUNIDADE LOCAL

(413-1)

Ao longo de 2022 foram levadas a cabo várias ações que visam o envolvimento da comunidade local e dos seus intervenientes nas atividades da SCMP, conforme se apresentam por área.

Agricultura

A QA iniciou o 8º ano de produção de agricultura biológica, considerada como exploração agrícola sustentável, face aos resultados obtidos no impacto positivo nos anos transatos.

Ambiente

No PAM, o cultivo das flores é da responsabilidade dos colaboradores do Green Serviços e por formandos dos cursos de formação do Centro Integrado de Apoio à Deficiência, sendo que a aquisição de sementes foi gratuita.

Em relação a planos de envolvimento de partes interessadas baseados em mapeamentos dessas partes, realizou-se 1 formação em compostagem caseira para 12 formandos e 2 formações em Agricultura Biológica para 25 e 63 formandos. Para incentivar a prática de uma agricultura sustentável, o projeto Horta à Porta apresenta-se como uma forma de envolver a população da cidade neste tipo de práticas, tendo-se registado um total de 223 pessoas inscritas no conselho do Porto. Assim, com o intuito de envolver a comunidade, foram atribuídos 67 talhões onde se pratica agricultura biológica, no qual 38 utilizadores desistiram do seu talhão. Encontraram-se, ainda, 55 talhões mal cuidados ou abandonados.

Dado que o PAM não se limita a cativar os outros a desenvolverem um conjunto de hábitos sustentáveis e ambientalmente responsáveis, no seu quotidiano produz biologicamente plantas, registando-se, em 2022, a produção total de 26 tulipas, 14 narcissus, 40 anemone, 100 muscari e 70 allium neapolitanum.

Cultura

A CP, enquanto unidade de promoção cultural, destaca-se pelo património enriquecedor utilizado pela comunidade, de que é exemplo o Arquivo Histórico da Misericórdia do Porto e a Biblioteca especializada. Pode-se verificar na seguinte tabela alguns dados relevantes consequentes da atividade prestada.



Tabela 20: Principais indicadores relativos à CP durante 2022

Indicadores		Total
Entradas no edifício	Visitas acompanhadas	299
	Visitas orientadas	155
	Participantes em eventos	343
	Leitores	106
Entradas nos jardins	Entradas livres	451
	Visitas orientadas	0
	Participantes em eventos	99
Eventos e atividades culturais e socioculturais	Eventos internos	6
	Eventos externos	8
	Eventos de âmbito comunitário	4
	Eventos no âmbito de parcerias/programação	4
Entrada de livros e periódicos nas Bibliotecas	N.º de novos registos inseridos nas bases de dados (seleção/catalogação/atribuição de cota/colocação em estante)	2322
Consulta de documentação	Documentos consultados presencialmente	461
	N.º de reproduções efetuadas	222



O MMIPO, também sendo uma UO de índole cultural aberto à comunidade, tenta em todas as suas ações envolver e integrar a sociedade e todos os que a compõem. Prova disso é o facto de terem um colaborador com necessidades especiais e terem sido promovidas três atividades voltadas para pessoas com necessidades especiais ou pertencentes a grupos financeiramente vulneráveis, que contaram com a participação de 25 pessoas.

É de salientar que, pelas suas características, o MMIPO é membro associado de três instituições, contando com duas parcerias comerciais, três protocolos celebrados entre instituições, dois contratos de depósito de bens culturais de longa duração, seis contratos de empréstimos temporários entre instituições culturais, quatro projetos de exposições dinamizados, dois projetos cofinanciados por parceiros e patrocinadores, quatro mecenias, nove intervenções de restauro e oitenta publicações nas redes sociais. Foram, ainda, elaborados onze estudos acompanhados sobre o património material e imaterial da SCMP.

Incumbe ao GRC a gestão e manutenção dos espaços de Culto da SCMP, que se encontram distribuídos pelas várias UO, que incluem a ornamentação dos altares onde, através de uma parceria com o PAM, desde 2020, este providencia as flores para os mesmos. Para além disto, o GRC promove a realização de múltiplas atividades culturais nestes espaços, tais como Concertos de Música Litúrgica, Música Sacra e Música de Câmara, Teatros Religiosos, bem como a participação no Festival Interna-

cional de Órgão de Tubos e Música Sacra, envolvendo os dois Órgãos de Tubos da SCMP.

Este Gabinete promove, ainda, a construção do presépio, que se pretende desenvolver todos os anos, tratando-se de um projeto que tem como objetivo a colaboração dos utentes e beneficiários das diversas respostas sociais da SCMP.

Justiça

O EPSCB-F disponibiliza às suas reclusas um conjunto de atividades que visam dotá-las de competências sociais e profissionais.

Uma das valências desta UO é a componente de Educação Física que, em 2022, registou um total de 222 alunas, que no seu conjunto deu origem a 6 turmas. Estas alunas levaram à criação de 3 projetos e propiciaram a implementação de 4 modalidades, o que originou a participação em 2 torneios e a comemoração de 3 datas festivas.

Outra valência, a Terapia Ocupacional, visa a melhoria das condições de vida das reclusas e facilitar a sua inserção social através da aquisição de competências. Em 2022 registou um total de 7 programas aplicados e 153 reclusas avaliadas. Das reclusas avaliadas, foram selecionadas 123, onde foram aplicadas 471 sessões em programas, no qual 97 concluíram os mesmos.

Fora as atividades enumeradas, realizaram-se 2 projetos com a comunidade exterior, que deram origem a 55 sessões e 6 atividades socioculturais.

Os Serviços Clínicos têm como principal missão a proteção do direito à saúde e zelo das reclusas, pelos profissionais. Para esta valência registaram-se alguns indicadores que espelham o objetivo pretendido e os resultados alcançados, tal como observado na tabela infra.

Tabela 21: Indicadores relativos à realização de eventos e visitas durante 2022

Indicadores	Total
N.º total de ações de educação permanente em saúde realizadas	9
Número de grupos terapêuticos efetuados no âmbito do programa de prevenção de recaída - Álcool	1
Proporção de utentes com consumos de drogas ilícitas há menos de 1 ano, inseridas em programa de controlo de consumos de drogas ilícitas (%)	100
Número de grupos terapêuticos efetuados no âmbito do programa de prevenção de recaída - drogas ilícitas	1
Proporção de utentes com patologia infecciosa em seguimento por infeciologia no SNS (%)	97
Proporção de utentes com HIV sob terapêutica dirigida em curso (%)	95
Proporção de utentes que têm a vacina antitetânica atualizada (%)	91
Proporção de utentes admitidas no ano em apreço com inquérito de sintomas TB (%)	100
Proporção de utentes hipertensos presentes a 31/12 com 2 consultas médicas de vigilância cardiovascular no ano em apreço (%)	83
Proporção de diabéticos com acompanhamento adequado (%)	87
Percentagem de mulheres entre os 25 e 60 anos com colpocitologia atualizada (1 nos últimos 3 anos)	91
Percentagem de mulheres entre os 50 e 69 anos com registo de mamografia nos últimos dois anos	67
Taxa de utilização de consultas médicas ou de enfermagem em planeamento familiar	66
Índice de acompanhamento adequado em saúde materna e revisão do puerpério (%)	100
Proporção de crianças com consultas médicas de vigilância de saúde infantil conforme definido no Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil (%)	100
Proporção de utentes internadas com planificação de cuidados e registos de intervenções (%)	100
Proporção de utentes em internamento de média/longa duração com Programa Terapêutico Personalizado (desde que reúna condição clínica) (%)	100



Juventude

No CBNS registaram-se 12 parceiros ao longo do ano. Com eles desenvolveram-se 9 projetos que abrangem 80 atividades na comunidade.

Saúde

Do HP, no âmbito da atividade desempenhada, destacam-se os indicadores apresentados na tabela seguinte:

Indicadores	Total
N.º total de consultas	89678
N.º total de tratamentos de fisioterapia	280749
N.º total de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica realizadas	490618
N.º total de diárias de internamento	12710
N.º cirurgias realizadas	11421

Social

Em relação a nível de programas de desenvolvimento local baseados nas necessidades de comunidades locais efetuaram-se as seguintes ações:

Ao nível social, nas ERPI através protocolos com o Projeto Humaniza, que se iniciou em maio, registaram-se 391 acompanhamentos na ERPI Nossa Senhora da Misericórdia, 466 na de São Lázaro e 134 no Pereira de Lima. Com o protocolo da teleassistência do Serviço de Apoio Domiciliário, para reforço da presença institucional, foram acompanhados 11 clientes.

Destes acompanhamentos é possível caracterizar a população atendida, identificando as suas necessidades. Assim, em contexto ERPI, dá-se apoio, em média, a 69 idosos com dependência total, 19 com dependência severa, 24 com dependência moderada, 42 com dependência ligeira, 23 com independência e, ainda, 46 com medicação anti demencial. Com estes fatores, a SCMP apostou na plataforma Actif, onde é promovido um estilo de vida saudável e ativo durante envelhecimento, disponibilizando um serviço de vídeos on demand com atividades físicas e cognitivas.

OPERAÇÕES COM IMPACTOS NEGATIVOS SIGNIFICATIVOS - REAIS E POTENCIAIS - NAS COMUNIDADES LOCAIS

(413-2)

Informação indisponível.

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

(414-1) (414-2)

Informação indisponível.

GRI 415: POLÍTICAS PÚBLICAS

(415-1)

Informação indisponível.

GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR

(416-1) (416-2)

Informação indisponível.

GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM

(417-1) (417-2) (417-3)

Informação indisponível.

GRI 418: PRIVACIDADE DO CLIENTE

(418-1)

Informação indisponível.

CONCLUSÃO

Este relatório consolida o caminho de transparência e compromisso com a sustentabilidade para um futuro mais promissor, envolvendo as partes interessadas em todas as medidas adotadas.

Por forma a diferenciar-se positivamente e usando a sua experiência como referência, a SCMP continua a desenvolver respostas inovadoras para a resolução de problemas sociais, económicos e ambientais. Nesse sentido, foram demonstradas as ações realizadas nos três pilares da sustentabilidade, segundo as normas GRI.

Através deste documento, é também possível constatar a evolução em relação à produção de resíduos e de emissões, bem como de consumos de água e energia, destacando-se reduções percentuais nestes tópicos, com exceção da água, cujo consumo aumentou.

Para os próximos anos espera-se que a SCMP continue a trabalhar diariamente estes pilares, refletindo-os na ação, tornando cada parte interessada um agente ativo no processo de transformação sustentável.







Ficha Técnica

Coordenação

Gabinete de Marketing e Comunicação
marketing.comunicacao@scmp.pt

Design Gráfico

B+ comunicação

Fotografia

Helder Rodrigues
Misericórdia do Porto



Rua Joaquim de Vasconcelos, 79
4050-311 Porto

T +351 220 924 422
scmp@scmp.pt

www.scmp.pt